

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

DANILO KAMMERS

**CONFISSÃO DE AUGSBURGO:  
A CONFISSÃO DA FÉ EM CRISTO**

São Leopoldo

2022



DANILO KAMMERS

**CONFISSÃO DE AUGSBURGO:  
A CONFISSÃO DA FÉ EM CRISTO**

Dissertação de Mestrado  
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: História das Teologias  
e Religiões

Pessoa Orientadora: Dr. Wilhelm Wachholz

São Leopoldo

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K15c Kammers, Danilo  
Confissão de Augsburgo : a confissão da fé em Cristo /  
Danilo Kammers ; orientador Wilhelm Wachholz. – São  
Leopoldo : EST/PPG, 2022.  
92 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa  
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,  
2022.

1. Lutero, Martim - 1483-1546. 2. Melanchthon, Philipp –  
1497 – 1560. 3 Confessio Augustana. 4. Reforma  
protestante. I. Wachholz, Wilhelm, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

DANILO KAMMERS

**CONFISSÃO DE AUGSBURGO:  
A CONFISSÃO DA FÉ EM CRISTO**

Dissertação de Mestrado  
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: História das Teologias  
e Religiões

Data de Aprovação: 12 de janeiro de 2022

PROF. DR. WILHELM WACHHOLZ (PRESIDENTE)  
Participação por webconferência

PROF. DR. VALÉRIO GUILHERME SCHAPER (EST)  
Participação por webconferência

PROF. DR. EULER RENATO WESTPHAL (UNIVILLE)  
Participação por webconferência



*Soli Deo Gloria.*





## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às pessoas amigas e irmãs que me carregaram em oração.

À minha família, minha esposa Sinara Grellmann Kammers e meus filhos Lara Alice e Carlos Afonso Kammers, que neste período de Pandemia de Coronavírus exerceu de paciência quando todas as atividades de trabalho, pesquisa e estudos foram realizadas em casa.

Aos meus pais, Cosma Kammers e Nilde Erat Kammers, que sempre me motivaram aos estudos.

Ao Prof. Dr. Wilhelm Wachholz, pelo incentivo e orientação na realização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que disponibilizou bolsa para o pagamento de taxas e possibilitou a realização desta pesquisa.

Meu muito obrigado!



*Ó Deus, nos faze mensageiros  
da Boa Nova de Jesus!  
No mundo quieto e conturbado  
ergamos o sinal da cruz!  
Sinal de alerta e esperança,  
sinal de juízo e de perdão:  
Ao mundo inteiro e anunciemos  
que em Cristo há paz e salvação.*

Lindolfo Weingärtner



## RESUMO

Em que medida a Confissão de Augsburgo (CA) e seu conteúdo são resposta da fé em Jesus Cristo? Esta dissertação pretende contrapor as tendências de pesquisas sobre a confessionalidade luterana apenas em momentos festivos jubilares da Reforma protestante. Este trabalho bibliográfico descritivo tem como objetivo principal investigar sobre a cristocentricidade da CA. O faremos em três momentos: ao descrevermos o contexto histórico em que a CA foi redigida; ao investigarmos aspectos teológicos centrais da CA e num último momento ao investigarmos aspectos cristocêntricos desta confissão da fé luterana. No primeiro capítulo, faremos uma análise de aspectos históricos da Reforma protestante como uma resposta religiosa para uma angústia coletiva, contexto este da redação e proclamação da Confissão em Augsburgo. Além de apresentarmos personagens centrais deste momento histórico como o principal redator da CA Filipe Melanchthon, o reformador e amigo Lutero e o imperador Carlos V, que convocou a Assembleia imperial onde a Confissão foi apresentada. No segundo capítulo, será possível conhecer a estrutura da CA, temas de divergências entre os teólogos católicos e luteranos, tentativas de negociação e de busca pela unidade, além de temas teológicos irrenunciáveis. O terceiro capítulo, a partir descoberta da justificação pela fé como tema central da Reforma, apresentará aspectos cristocêntricos da Confissão de Augsburgo em correlação a alguns escritos de Lutero. A Confissão enquanto afirmação da autoridade da Escritura, que dá testemunho do Cristo somente. A Reforma e a confissão da fé luterana trouxe às consciências atormentadas pela angústia da morte a resposta da graça e da misericórdia de Deus. A CA representa um “ato” e um “conteúdo”, simultaneamente uma resposta e um anúncio. Trata-se do anúncio de Cristo, de quem a pessoa recebe pela fé a salvação por graça, sem mérito próprio.

**Palavras-chave:** Confissão de Augsburgo. Jesus Cristo. Reforma protestante. Lutero. Melanchthon.



## ABSTRACT

To what extent is the Augsburg Confession (AC) and its content a response of faith in Jesus Christ? This thesis intends to oppose the tendencies of research on the Lutheran confessionality only in festive jubilee moments of the Protestant Reformation. This descriptive bibliographic work has as main objective to investigate the Christocentricity of the AC. We will do so in three moments: when we describe the historical context in which the AC was written; when we investigate central theological aspects of the AC and at a last moment when we investigate Christocentric aspects of this Lutheran confession of faith. In the first chapter, we will analyze historical aspects of the Protestant Reformation as a religious response to a collective anguish, in the context of the writing and proclamation of the Confession in Augsburg. In addition, we will present central characters of this historical moment such as the main editor of the AC Philip Melanchthon, the reformer and friend Luther and the Emperor Charles V, who convened the Imperial Assembly where the Confession was presented. In the second chapter, it will be possible to know the structure of the AC, themes of divergence between Catholic and Lutheran theologians, attempts at negotiation and the search for unity, as well as essential theological themes. The third chapter, based on the discovery of justification by faith as a central theme of the Reformation, will present Christocentric aspects of the Augsburg Confession in correlation with some of Luther's writings. The Confession as an affirmation of the authority of Scripture, which bears witness to Christ alone. The Reformation and the Lutheran confession of faith brought to consciences tormented by the anguish of death the answer of God's grace and mercy. The AC represents an "act" and a "content", simultaneously a response and an announcement. It is the proclamation of Christ, from whom the person receives salvation by faith, without merit of their own.

**Keywords:** Augsburg Confession. Jesus Christ. Protestant Reformation. Luther. Melanchthon.





## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                     | <b>17</b> |
| <b>2 CONFISSÃO DE AUSGBURGO - ASPECTOS HISTÓRICOS .....</b>   | <b>21</b> |
| <b>2.1 A CONFISSÃO – “VIAGEM AO EXTERIOR” .....</b>           | <b>21</b> |
| 2.1.1 A Confissão da fé .....                                 | 22        |
| 2.1.2 A Reforma protestante .....                             | 24        |
| 2.1.2.1 <i>As Crises e Transformações</i> .....               | 25        |
| 2.1.2.1.1 <i>O medo da morte</i> .....                        | 26        |
| 2.1.2.1.2 <i>O Anticlericalismo</i> .....                     | 27        |
| 2.1.2.1.3 <i>A imprensa</i> .....                             | 29        |
| <b>2.2. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO E SEUS “MEIOS” .....</b>     | <b>30</b> |
| 2.2.1 Lutero – “um fora da lei” .....                         | 30        |
| 2.2.2 Carlos V: religião e política .....                     | 32        |
| 2.2.3 A Assembleia de Augsburg e o papel de Melanchthon ..... | 35        |
| <b>2.3 SÍNTESE: A CONFISSÃO LUTERANA .....</b>                | <b>39</b> |
| <b>3 CONFISSÃO DE AUSGBURGO - ASPECTOS TEOLÓGICOS .....</b>   | <b>41</b> |
| <b>3.1 A “CONFISSÃO” DA CONFISSÃO .....</b>                   | <b>41</b> |
| 3.1.1 Estrutura da Confissão .....                            | 42        |
| 3.1.1.1 <i>Artigos de Schwabach</i> .....                     | 44        |
| 3.1.1.2 <i>Artigos de Torgau</i> .....                        | 45        |
| 3.1.2 Temas divergentes .....                                 | 46        |
| 3.1.2.1 <i>A Escritura Sagrada e as tradições</i> .....       | 47        |
| 3.1.2.2 <i>Limites de negociação</i> .....                    | 48        |
| <b>3.2 CONQUISTAS IRRENUNCIÁVEIS .....</b>                    | <b>50</b> |
| 3.2.1 Unidade .....   | 50        |
| 3.2.2 Santa Ceia .....  | 53        |
| 3.2.3 Casamento dos sacerdotes .....                          | 54        |
| <b>3.3 A CONFISSÃO E A JUSTIFICAÇÃO .....</b>                 | <b>56</b> |
| 3.3.1 Justificação como tema central .....                    | 56        |
| 3.3.2 A fé em Cristo .....                                    | 59        |
| <b>3.4 SÍNTESE: REAFIRMAÇÃO DA FÉ .....</b>                   | <b>61</b> |

## **4 CONFISSÃO DE AUGSBURGO - ASPECTOS CRISTOCÊNTRICOS 63**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>4.1 A QUESTÃO DA AUTORIDADE .....</b>                | <b>63</b> |
| <b>4.1.2. Nem imperador, nem papa.....</b>              | <b>65</b> |
| <br>  |           |
| <b>4.2 JESUS NA CONFISSÃO DE AUGSBURGO .....</b>        | <b>67</b> |
| <b>4.2.1 “Militamos sob um mesmo Cristo” .....</b>      | <b>68</b> |
| <b>4.2.2 A pessoa de Jesus.....</b>                     | <b>69</b> |
| <b>4.2.3 “Pelos méritos de Cristo” .....</b>            | <b>71</b> |
| <b>4.2.4 Não pelos nossos méritos .....</b>             | <b>72</b> |
| <b>4.2.5 A Pregação de Cristo .....</b>                 | <b>73</b> |
| <b>4.2.6 “Pela fé em Cristo recebemos” .....</b>        | <b>75</b> |
| <br>  |           |
| <b>4.3 A CONFISSÃO ENQUANTO RESPOSTA .....</b>          | <b>77</b> |
| <b>4.3.1 Caráter “festivo” da Confissão .....</b>       | <b>78</b> |
| <b>4.3.2 Caráter “Argumentativo” da Confissão .....</b> | <b>79</b> |
| <b>4.3.3 Uma resposta inquietante .....</b>             | <b>80</b> |
| <br>  |           |
| <b>4.4 SÍNTESE: ESCRITURA E CRISTO .....</b>            | <b>81</b> |
| <br>  |           |
| <b>5 CONCLUSÃO.....</b>                                 | <b>83</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                | <b>87</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

A Confissão de Augsburgo (CA), importante documento confessional do movimento da reforma protestante, completará em 2030 o jubileu de 500 anos de sua redação e profissão pública. Esta é a confissão de fé dos luteranos há quase cinco séculos junto dos Credos da Igreja Antiga (Apostólico, Atanasiano e Niceno Constantinopolitano).

Este documento de testemunho da fé em Jesus Cristo tem sua relevância aparentemente limitada a datas festivas relacionadas à Reforma protestante. Deste modo, o presente trabalho bibliográfico descritivo pretende contrapor esta tendência de pesquisa da CA apenas em momentos festivos.

A Confissão de Augsburgo, importante “cédula de identidade” da igreja luterana no Brasil e no mundo, foi redigida com um propósito específico para o seu tempo, no século XVI. Redigida como resposta à convocação do imperador Carlos V na dieta imperial para a cidade de Augsburgo, na Alemanha.

Perguntamo-nos: a Confissão de Augsburgo ainda é testemunho da fé em Jesus Cristo? Jesus Cristo é tema central na Confissão? Seria a Confissão de Augsburgo ainda relevante como documento confessional, mesmo quase 500 anos após a sua formulação? Falar sobre “justificação pela fé” e sobre a fé em Cristo ainda é relevante para a pessoa cristã? Diante destes questionamentos, surge a pergunta central deste trabalho: em que medida a Confissão de Augsburgo e seu conteúdo são resposta da fé em Jesus Cristo?

O objetivo geral do presente trabalho é investigar sobre a cristocentricidade da Confissão de Augsburgo. A Confissão de Augsburgo como confissão da fé em Jesus Cristo é, portanto, o tema central deste trabalho. A convocação imperial para a Assembleia de Augsburgo em 1530 exigiu uma formulação clara do conteúdo da fé luterana. Melancthon foi o teólogo incumbido de fazer esta formulação da fé que foi assumida pelas igrejas luteranas pelo mundo como sua “identificação confessional”. A CA é apresentada para reafirmar quem somos e a quem pertencemos.

A pesquisa sobre a Confissão de Augsburgo e seus aspectos histórico-teológicos e cristocêntricos quer ser impulso para o desenvolvimento de uma constante confissão pública de fé, por parte da pessoa cristã luterana e por parte da Igreja Luterana na atualidade.

É importante reconhecermos o contexto histórico em que a Confissão de Augsburgo foi redigida e proclamada, para posteriormente buscarmos compreender o centro vital de sua teologia. Deste modo, este trabalho quer reconhecer a vitalidade cristológica da confessionalidade luterana. Como um documento e confissão de fé a respeito de quem é Jesus Cristo. A Confissão da fé representa uma “ação” e um “conteúdo”. É uma ação resposta para um determinado tempo histórico, que abordaremos no primeiro capítulo deste trabalho. Este capítulo buscará responder a pergunta pela importância da confissão pública da fé no movimento reformatório. Nela faremos “uma viagem ao exterior” para nos situar no chão histórico de transformações e crises de fé em que se desenvolveu a Reforma protestante.

Analisaremos os “meios” da Confissão de Augsburgo, a partir de alguns personagens fundamentais. Lutero “um fora da lei” que não abriu mão de suas convicções e nem se retratou de seus escritos em Worms. Carlos V imperador eleito como representante de interesses religiosos e políticos, que em 1521 declarou Lutero herege, em 1530 precisa reestabelecer a unidade que estaria fragilizada pelo movimento reformatório.

A Confissão da fé, além de uma “ação”, também é um “conteúdo”. Por isso, no segundo capítulo abordaremos o conteúdo da Confissão de Augsburgo. O documento da confissão da fé evangélica luterana tem um chão histórico e uma resposta bíblicamente fundamentada para este ambiente. Recordaremos a estrutura da Confissão de Augsburgo, as “conquistas irrenunciáveis” do movimento da Reforma protestante e a justificação pela fé. A justificação pela fé se torna tema central da teologia da Reforma, quando Lutero descobre a “justiça passiva” de Deus e a “fé em Cristo”, em contraposição a qualquer iniciativa e obra humana pela salvação pessoal.

No terceiro capítulo encontraremos o Jesus Cristo professado pela Confissão de Augsburgo ao analisarmos aspectos cristocêntricos do documento. Trataremos da questão da autoridade da Escritura para os luteranos, em contraposição a autoridade do papa ou do imperador. Cristo é tema frequente no texto da Confissão, por isso, analisaremos alguns artigos da Confissão e como estes dão testemunho de Jesus Cristo, fundamentados na Palavra de Deus e vinculados aos credos da igreja antiga. Faremos esta análise com alguns textos de Lutero e Melanchthon, onde verificaremos como eles se interacionam no testemunho constante da fé no mesmo Cristo.

A pregação da Palavra é verificada como indispensável, pois é nela que a pessoa humana é colocada diante de sua condição de pecado e incapacidade de agradar a Deus.

Também nela encontra o Evangelho graça de Deus que, em Cristo e na sua obra, “abre as portas dos céus” para o mais angustiado ser humano.

Num momento final do nosso trabalho, pretendemos refletir sobre o caráter “festivo” e “argumentativo” da Confissão de Augsburgo. A mera repetição das mesmas afirmações podem não representar uma ação confessante. Por isso, quando o texto lido na perspectiva argumentativa, talvez ainda tenha algo a nos falar mesmo quase 500 anos após a sua redação. Como um eco de um conteúdo-resposta, a CA sempre de novo pode nos inquietar.

A investigação de abordagem qualitativa foi feita por meio de levantamento bibliográfico a partir do acesso a textos e livros disponibilizados digitalmente pela biblioteca da Faculdades EST e de biblioteca física pessoal. Isso se fez necessário, pois a pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2).

Este trabalho visa contribuir para a IECLB atualmente, principalmente pela proximidade dos 500 anos da comemoração de redação da CA, porque não há pesquisas recentes disponíveis sobre o tema. E pretende igualmente ser instrumento para a Missão de Deus por meio da IECLB, que tem como finalidade “propagar o Evangelho de Jesus Cristo” e como atual objetivo entre suas Metas Missionárias 2019-2024: “qualificar e fortalecer as bases confessionais luteranas” (Meta 1, Objetivo 5).



## **2 CONFISSÃO DE AUSGBURGO - ASPECTOS HISTÓRICOS**

A Confissão de Augsburgo (CA<sup>1</sup>) tem um chão histórico importante, pois é uma resposta à convocação imperial de Carlos V, que precisava lidar com as divergências religiosas que afligiam e dividiam o império. Mas também é uma confissão pública da fé do movimento reformatório.

Faremos aqui “uma viagem ao exterior” para nos situar no chão histórico de transformações tecnológicas e crises de fé em que se desenvolveu a Reforma protestante. Analisaremos a importância da confissão pública da fé para a pessoa cristã em três tópicos situacionais do século XVI: o medo da morte; o anticlericalismo e a descoberta da imprensa.

A angústia pela eminência da morte e o medo da condenação eterna levavam pessoas à busca pela redenção e pela salvação. De um lado, a igreja medieval fazia uso da situação para angariar fundos para a campanha de construção da Basílica de São Pedro, por outro, o povo buscava na piedade pessoal e penitência a libertação do mal da peste negra.

Muitos personagens permearam a Confissão de Augsburgo. Lutero, enquanto “um fora da lei” que não abriu mão de suas convicções e nem se retratou de seus escritos em Worms. Carlos V, um imperador eleito como representante de interesses religiosos e políticos, o mesmo que em 1521 declarou Lutero herege, em 1530 precisava reestabelecer a unidade que estaria fragilizada pelo movimento reformatório. A tentativa de unidade estava em Augsburgo, com a convocação da Assembleia imperial. Filipe Melanchthon, outro personagem importante da Confissão, é então escolhido redator do documento apresentado ao imperador em 25 de junho de 1530.

### **2.1 A CONFISSÃO – “VIAGEM AO EXTERIOR”**

Uma confissão pública de fé representa uma resposta a um determinado contexto histórico. A Confissão de Augsburgo é um marco importante para o movimento da Reforma

---

<sup>1</sup> Em alguns momentos faremos uso da abreviação “CA” para fazer menção a Confissão de Augsburgo.

protestante do século XVI, porque representa uma resposta, um “ato confessante” público de fé e unidade.

A compreensão deste período histórico em que a Confissão de Augsburgo foi redigida e proferida é imprescindível para termos uma visão da história na perspectiva da “longa duração”.<sup>2</sup> Quando nos apoiamos numa historiografia da Reforma, conseguimos uma percepção mais clara, tanto para a Idade Média quanto para a contemporaneidade.

Aqui pretendemos fazer uma “viagem ao exterior”, conforme a relação feita por Lindberg que traduz o conceito de “longa duração” de Braudel ao usar a analogia da vivência numa cidade estrangeira. Estar fora de sua realidade espacial, estar fora de seu país, permitirá que a pessoa conheça melhor outro lugar, mas permitirá também conhecer mais sobre si mesmo e seu contexto específico. Portanto, buscar conhecer o contexto histórico em que a Confissão de Augsburgo foi redigida é a possibilidade de vislumbrarmos algo do passado (“exterior”<sup>3</sup>) e do presente (“quem nós somos”). Propomo-nos a esta viagem na disposição em “enxergar” coisas que antes não víamos com a mesma clareza, “por estar perto demais”<sup>4</sup>.

### 2.1.1 A Confissão da fé

A confissão da fé é uma declaração e resposta fundamental da cristandade. Segundo Dreher, a confissão é uma resposta: um “sim” ou “não” para Jesus Cristo.<sup>5</sup> É afirmar-se ou não como discípulo do Senhor.<sup>6</sup> Conforme o testemunho bíblico, o próprio Jesus nos ajuda a entender o sentido da confissão: “Todo aquele que me confessar diante dos homens, também

<sup>2</sup> Conceito criado pelo francês Fernand Braudel em sua tese de doutorado em 1949. Sobre a transformação da análise histórica de “curta” para “longa duração”, Braudel afirma [...] “*é lícito desprender-se do tempo exigente da história, dele sair, depois voltar, mas com outros olhos, cheios de outras inquietações, outras perguntas*”. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 30, n. 62, p. 271. Março/1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 22. set. 2020.

<sup>3</sup> Usamos a expressão “exterior” na relação de observação privilegiada que nos colocamos na análise do contexto e do texto da Confissão de Augsburgo. Um afastamento histórico que nos ajudará na investigação que nos dispomos neste trabalho.

<sup>4</sup> LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017. p. 24.

<sup>5</sup> DREHER, Martin N. A Confissão de Augsburgo: a fé, a vida e a missão da IECLB. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, Vol./No. 20/1, p. 42, 1980. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1345/1295](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1345/1295). Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>6</sup> “*Confissão é discipulado*” Cf. ALTMANN, Walter. **Confessando nossa fé: Estudos da Confissão de Augsburgo para uso das comunidades**. São Leopoldo: Sinodal, 1980. p. 5.



eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10.32<sup>7</sup>). Neste sentido, confissão é uma resposta pessoal dada diante de outras pessoas e diante do próprio Cristo, como foi para o apóstolo Pedro que confessou: “Tu és o Cristo” (Mc 8.29b). Muitos podem dizer muitas coisas sobre quem Jesus Cristo é, mas a pergunta a ser respondida continua a ser: “Mas vós, quem dizeis que eu sou?” (Mc 8.29a).

Confessar é uma expressão de fé, tão importante quanto à oração. Conforme Wenz, confessar é testemunho de Deus: “aquilo de que a fé se tornou consciente e de que se certifica continuamente na oração”<sup>8</sup>. A confissão é testemunho do que se confia, uma expressão da própria fé, que é compreendida juntamente a oração da pessoa que crê. Entretanto, a confissão da fé tem seu caráter simultâneo de individualidade e coletividade, uma unidade inseparável, porque a confissão “não é meramente a convicção privada de um indivíduo, e sim um sentido comunitário de caráter eclesial que resulta do ouvir conjunto do Evangelho”<sup>9</sup>.

A confissão da fé enquanto expressão pública de um conteúdo é resposta de relação com o Deus revelado nas Escrituras. No Antigo Testamento, a confissão é entendida como ato de: 1. *Louvor*; 2. *Proclamação*; 3. *Arrependimento e culpa*. Nesta correlação veterotestamentária, Biber afirma:

colocando-nos na perspectiva do VT, veremos a relação íntima entre três atos: impossível louvar a Deus se não forem proclamadas suas obras redentoras. Como, porém, cantar a redenção senão mediante a recapitulação sobre a miséria e o pecado de que Deus nos libertou? Eis porque encontramos os três atos associados [...] o crente narra sua libertação, descreve sua miséria, celebra a misericórdia do Senhor.<sup>10</sup>

Para a Reforma protestante, a confissão é decisiva porque representa um traço de obediência ao Evangelho da graça de Deus. Constituindo uma resposta ao chamado de Deus, a confissão é dirigida primeiramente a Ele, para posteriormente ser um ato revelador igualmente diante das pessoas.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Todas as referências bíblicas deste trabalho são tradução de Almeida Revista e Atualizada. Em: **A BÍBLIA Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003.

<sup>8</sup> WENZ, Gunther. Evangelho e escritos confessionais: a hermenêutica das confissões do luteranismo. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 51.

<sup>9</sup> WENZ, 2004, p. 51.

<sup>10</sup> BIBER, C. Vocábulo “Confessar”. In: ALLMEN, Jean-Jacques von. **Vocabulário Bíblico**. São Paulo, SP: Aste, 1963. p. 55.

<sup>11</sup> BIBER apresenta cinco “*perspectivas da confissão*”: dirigida a Deus; ato revelador; de alcance escatológico; confissão perante os homens e como obra do Espírito Santo. In: ALLMEN, 1963, p. 56.

A confissão representa um ato pessoal, mas também é compreendida como uma ação coletiva e pública<sup>12</sup>, manifestada por uma instituição. Wenz cita duas definições usadas na história da Reforma para distinguir a confissão como ato e como instituição, em alemão *Bekennntnis* (ato) e *Konfession* (instituição). Ambas as expressões atualmente podem significar “um ato pessoal de expressão da fé bem como a documentação de seu conteúdo”<sup>13</sup>. A distinção entre elas e o uso de *Konfession* para nominar uma organização específica remete ao fim do século XVIII e início do século XIX. Entrementes o que inicialmente queremos recordar é de que a confissão da fé foi uma atividade indispensável da igreja pessoalmente e institucionalmente.

A junção de escritos de uma confissão, como coleta documental de “escritos confessionais” é uma atividade específica do período da Reforma e Pós-Reforma. O testemunho inicial da Confissão de Augsburgo tem seu contexto histórico, sua formulação não foi redigida para uma denominação em específico, pois reafirmou o testemunho de uma igreja “*una, sancta, catholica et apostolica*, da qual provêm e em cujo contexto estão [...] colocados em termos de espaço e tempo”<sup>14</sup>.

### 2.1.2 A Reforma protestante

Para não incorreremos no risco de lermos a Confissão de Augsburgo e absolutizarmos seu conteúdo de forma legalista doutrinária precisamos nos perguntar pelo seu contexto histórico. Para isso, dispomo-nos a uma observação de alguns fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Reforma protestante e para a posterior declaração de fé em Augsburgo.

---

<sup>12</sup> “[...] a intenção vinculada a seu tempo da CA evidencia o compromisso, válido até hoje, de ser Igreja pública.”. In: ENGELHARDT, Klaus. Filipe Melanchthon e sua importância para as igrejas da Reforma. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, Vol./No. 37/3, p. 237, 1997. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/799/730](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/799/730). Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>13</sup> WENZ, 2004, p. 52. Também em: WENZ, Gunther. **Theologie der Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche**: eine historische und systematische Einfuehrung in das Konkordienbuch. Berlin: Walter de Gruyter, 1996. Band 1. p. 87.

<sup>14</sup> WENZ, 2004, p. 54.

### 2.1.2.1 As Crises e Transformações

A Reforma não é compreendida apenas como um único evento, ação de uma só pessoa. Há diferentes fatores que antecederam e contribuíram para o posterior e conhecido marco da publicação das 95 teses de Lutero em 31 de outubro de 1517.<sup>15</sup>

As origens da Reforma são bastante amplas, dizem respeito ao processo de “crise” entre o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Nenhum período histórico é isento de crises, entretanto, “foram poucas às vezes em que um senso de crise alcançou e abrangeu todas as classes”<sup>16</sup>. Segundo Lindberg, foram muitos os acontecimentos que abalaram as vidas humanas e suas bases simbólicas de segurança:

A crise dos símbolos de segurança não surgiu de uma causa imediata ou de um único contexto, porém cresceu a partir de um acúmulo de acontecimentos e desdobramentos, alguns positivos e outros negativos. Essa conjuntura de desenvolvimentos erodiu a confiança e a segurança na visão medieval de uma comunidade cristã, o *corpus Christianum*, e seu fiador, a Igreja. Em um mundo no qual a partimentalização da religião e da vida era inconcebível, catástrofes naturais, como fomes e pestes, mudanças sociais rápidas relacionadas ao desenvolvimento econômico e urbano, e, ainda incertezas religiosas causadas pelo cisma e pela corrupção da igreja eram percebidos como integrantes de um universo cujo centro, a igreja, não era mais estável.<sup>17</sup>

A crise dos símbolos de segurança transformou a percepção que as pessoas tinham diante de tudo àquilo que se fiavam durante séculos. Simultaneamente rodeadas por situações desesperadoras como a crescente urbanização e conseqüente mudança econômica e social, a fome, a Peste Negra e a sífilis colocavam as pessoas diante da eminência da morte. Tanto sofrimento só poderia sinalizar na compreensão medieval “o julgamento de Deus diante de uma humanidade pecadora”<sup>18</sup>. Neste contexto, coletivo de crises, morte e medo surge a busca pessoal pelo livramento e salvação.

---

<sup>15</sup> DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. São Leopoldo: Sinodal, 2006. (Coleção História da Igreja, 3). p. 14.

<sup>16</sup> LINDBERG, 2017, p. 50.

<sup>17</sup> LINDBERG, 2017, p. 50.

<sup>18</sup> LINDBERG, 2017, p. 53.

### 2.1.2.1.1 O medo da morte

A percepção dos impactos pessoais e sociais que a peste e morte trouxeram para a Idade Média é complexa, porque uma pessoa saudável poderia ser contaminada e morrer em questão de dias ou horas<sup>19</sup>, e os sobreviventes eram envolvidos por pânico, culpa e busca pela absolvição divina. Delumeau indica que a Reforma protestante do século XVI ganhou muitos adeptos por ser uma “resposta religiosa para uma angústia coletiva”<sup>20</sup>. Muitos acontecimentos abalaram a Idade Média e conseqüentemente as pessoas buscavam compreender o sofrimento em que viviam. Enquanto, a Peste Negra dizimava vidas humanas, buscava-se compreender a vontade de Deus para este castigo. “A indivíduos e sociedade pesaram as consciências e se sentiram culpados”<sup>21</sup>. O medo da morte os perseguia.

Este período de culpabilização pela dor humana foi uma oportunidade pedagógica para se *ver* e *ouvir* sobre o juízo final e o inferno.<sup>22</sup> Artistas buscavam representar o julgamento final e pregadores anunciavam as conseqüências universais para o menor dos pecados.<sup>23</sup>

Havia uma “deleitação mórbida” pós-Peste Negra para representar todos os suplícios infernais. Mas não só o inferno e o juízo final foram tematizados na iconografia da Idade Média, mas também a própria morte, a nomeada “rainha da terra” que tem poder de arrebatara qualquer um em “sua ronda fúnebre”, sem fazer distinção entre leigo ou clérigo, papa ou rei.<sup>24</sup>

O desespero diante de morte eminente, num contexto de peste, foi uma oportunidade eclesial para inculcar o juízo de Deus: “a igreja se esforçou por dar ênfase, numa sociedade perseguida pelo temor da morte, ao momento em que se trava o último combate da vida terrena e em que se decide a sorte eterna da alma”<sup>25</sup>.

Obras como *Ars moriendi* demonstram uma disputa final entre anjos e demônios por uma alma em seu leito de morte, e evidenciam a grande preocupação por vencer pessoalmente esta batalha, resistindo até o fim a qualquer tentação que possa condenar a alma ao inferno.

---

<sup>19</sup> “A peste podia atingir uma pessoa saudável em questão de dias, ou em sua versão septicêmica (em que a bactérias adentravam a corrente sanguínea), em questão de horas”. In: LINDBERG, 2017, p. 53.

<sup>20</sup> DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989. p. 60.

<sup>21</sup> DELUMEAU, 1989, p. 60.

<sup>22</sup> DELUMEAU, 1989, p. 62.

<sup>23</sup> DELUMEAU, 1989, p. 61.

<sup>24</sup> DELUMEAU, 1989, p. 62.

<sup>25</sup> DELUMEAU, 1989, p. 63.

Há, com isso, uma preocupação desesperada pela salvação pessoal, longe dos castigos eternos. Movimentos de flagelo e penitências são explorados:

A morte, nunca distante da mente das pessoas, era aguçada existencialmente pela convicção de que tais doenças sinalizavam o julgamento de Deus sobre a humanidade pecadora [...] A peste era percebida, na concepção popular, como uma punição de Deus pelos pecados da humanidade. Movimentos de flagelação se engajavam em penitências sangrentas em prol dos pecados pessoais e coletivos, tido como causadores da peste.<sup>26</sup>

Diante do medo da morte como consequência pelo preço de um pecado, e da angustiante incerteza pela salvação pessoal, cultivou-se igualmente uma personalidade na busca pela conquista da mesma. Alternativa imediata contra o mal ou a peste seriam a devoção aos santos auxiliares, já suas relíquias representavam indulgência, “um cheque” de direito ao paraíso pós-morte.<sup>27</sup>

O temido dia da ira (*Dies Irae*) perante o Juiz Supremo parece ganhar uma nova e graciosa entonação mediante a doutrina da justificação pela fé de Lutero. Crer no Redentor somente, porque Ele já aplacou a ira divina.<sup>28</sup>

#### 2.1.2.1.2 O Anticlericalismo

O século XV se caracterizou pela piedade com alguma busca de autonomia popular pela relação com Deus. Delumeau lembra que alguns fatores representam certa confusão religiosa na Idade Média como o canto *Dies Irae*, a desordenada invocação aos santos e à Virgem. A preferência por procissões ao invés de missas, o rosário ao invés da comunhão denotam esta piedade autônoma. Uma busca pessoal pela salvação e não uma busca coletiva institucional.

Na altura em que as multidões careciam mais que nunca da disciplina e dos sacramentos da Igreja, a hierarquia lançava interditos sobre interditos. [...] Excessos destes contribuíram certamente para por em causa o próprio valor dos sacramentos. Em todo o caso, uma das principais características da piedade do século XV e a sua tendência a se afastar da liturgia tradicional, a preferir as procissões à missa, o rosário a comunhão, as manifestações de flagelantes a assembleia paroquial.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> LINDBERG, 2017, p. 53.

<sup>27</sup> DELUMEAU, 1989, p. 56.

<sup>28</sup> DELUMEAU, 1989, p. 66.

<sup>29</sup> DELUMEAU, 1989, p. 67.

Experiências místicas, da piedade pessoal ganham lugar numa época de busca por respostas. O pecador que é julgado individualmente diante de Deus, está sozinho diante do mesmo Juiz buscando sua redenção. Era insuficiente para alguns encontrar a Deus (“mergulhar no divino”) apenas pelos meios tradicionais, litúrgicos e hierárquicos.<sup>30</sup>

Surge com a ascensão da burguesia e do artesanato um clima de descrédito por hierarquias e de depreciação do sacerdócio: “Os fiéis não distinguiram mais tão nitidamente como no passado o sacro do profano, o padre do leigo”<sup>31</sup>. Contos satirizavam padres, com um misto de elementos profanos e sagrados. O contexto urbano pre-reformatório denotava confusão com relação à autoridade sacerdotal, padres não eram exemplos de “autenticidade” cristã.<sup>32</sup> Alguns eram acusados de se vestirem como seus paroquianos, terem dívidas e vícios.<sup>33</sup>

A confusão, entretanto, não delimita os domínios civil e religioso, porque a sociedade da Idade Média era religiosa demais para separar os poderes da Igreja e do Estado.<sup>34</sup> João Huss lembra que “a dignidade papal dimana do imperador”<sup>35</sup>. O imperador aparece como um salvador, o papa como um príncipe e os leigos ganham autoridade religiosa.<sup>36</sup> Suas preces também são ouvidas por Deus, sua vida era tão ou mais santa do que de um padre.

A igreja sofria por seus “maus frades”, por sua riqueza dispensável, por clérigos gananciosos, “papas que se comportam como bispos seculares”<sup>37</sup>, situações que contribuíram para o apreço do laicato, aumento do individualismo e desvalorização do sacramento.<sup>38</sup> Diante disto, a Bíblia é redescoberta como marco indissolúvel de autoridade. Quando as pessoas

<sup>30</sup> Neste contexto da Reforma Protestante vale lembrar que Lutero “foi um discípulo dos místicos da Idade Média”. DELUMEAU, 1989, p. 69. O tema da mística na teologia de Lutero foi amplamente estudando por Böning. BÖNING, Claudio. **“O mundo está cheio de Deus!”**: a mística na teologia de Martinho Lutero. São Leopoldo, RS, 2013. 89 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST, PPG, São Leopoldo, 2013 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/406/1/boning\\_c\\_tm266.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/406/1/boning_c_tm266.pdf).

<sup>31</sup> DELUMEAU, 1989, p. 70.

<sup>32</sup> “O clero não tinha preocupação com o espírito religioso e cuidado das almas, mas com o dinheiro e seus prazeres”. In: DREHER, 2006, p. 18.

<sup>33</sup> DELUMEAU, 1989, p. 71.

<sup>34</sup> “Durante a Idade Média, a igreja e o estado haviam se tornado mais e mais interligados. Os europeus consideravam-se uma sociedade cristã governada por dois poderes, um espiritual e o outro temporal [...] O papa não era somente autoridade espiritual. Em virtude da posse de territórios [...]” In: GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões luteranas**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, Escola Superior de Teologia, 2002. p. 9.

<sup>35</sup> HUSS, 1418 *apud* DELUMEAU, 1989, p. 73.

<sup>36</sup> DELUMEAU, 1989, p. 74.

<sup>37</sup> DELUMEAU, 1989, p. 75.

<sup>38</sup> DELUMEAU, 1989, p. 76.

deixam a desejar, nada melhor do que buscar fé segura no próprio Deus, que se revela na sua Palavra.

### 2.1.2.1.3 A imprensa

Antes ainda da Reforma protestante, acontece na Europa um fenômeno talvez contraditório: o aumento do número de universidades de 20 para 70. Entre elas, está a Universidade de Wittenberg fundada em 1502, pelo príncipe Frederico o sábio. A contradição está no fato do número de analfabetos ainda ser bastante expressivo<sup>39</sup>. Entretanto, compreendia-se que a transmissão de conhecimento estava na formação e no compromisso dos letrados, que não deveriam apenas ler, mas também levar adiante as ideias. Desta forma, a revolução dos meios de comunicação com o descobrimento da prensa móvel, de Johann Gutenberg no século XV, daria à Reforma a possibilidade de alcançar letrados e iletrados.<sup>40</sup>

A imprensa é importante instrumento para a revolução da comunicação.<sup>41</sup> Muito antes da Reforma, algumas versões bíblicas já estavam disponíveis em diferentes idiomas. Antes da tradução de Lutero já havia em torno de 22 traduções disponíveis em alemão/holandês, de poucos exemplares.<sup>42</sup> O acesso ao livro ajudou para a piedade e devoção pessoal, sem a necessidade de um padre para interpretar a mensagem divina.<sup>43</sup> Neste contexto, está a valiosa contribuição de Lutero por uma tradução do original grego e hebraico, num alemão não vulgar e acessível a todos.

Segundo Delumeau, a relação com a Bíblia é uma contribuição do humanismo para a Reforma:

<sup>39</sup> “Uma estimativa conservadora sobre o índice de alfabetização sugere que 5% da população geral e 30% da população urbana sabiam ler por volta do início do século XVI”. In: LINDBERG, 2017, p. 60.

<sup>40</sup> LINDBERG, 2017, p. 60-61.

<sup>41</sup> “Graças à imprensa de Gutenberg, os textos de Lutero logo ganham a Europa”. In: WOLFF, Elias. A Reforma do Século XVI e suas implicações para a atualidade: da prática da excomunhão aos gestos de reconciliação. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 57, n. 1, 2017, p. 79-95. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/2969/pdf](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2969/pdf). Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>42</sup> E. DELARUELLE, 1963 *apud* DELUMEAU, 1989, p. 77.

<sup>43</sup> Também neste contexto as imagens em pedra madeira e vitral eram instrumentos difundidos pela igreja no período medieval. Conforme o papa Gregório Magno “as imagens são os livros dos leigos”. In: LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001. p. 77.

O humanismo preparou a Reforma de dois modos: contribuiu para aquele regresso à Bíblia que era uma das aspirações de época; chamou a atenção para a religião interior, reduzindo a importância da hierarquia, do culto dos santos e das cerimônias, ao mesmo tempo.<sup>44</sup>

A angústia dos cristãos do século XVI não era, portanto, pela Escritura, mas pela fé. O humanismo contribuiu para uma busca moral de uma pessoa melhor, mas não era o suficiente para justificação diante de Deus, aí só a fé.<sup>45</sup>

## **2.2. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO E SEUS “MEIOS”**

A Confissão de Augsburgo, enquanto compilado doutrinal da Reforma e ato confessional, foi possível por intermédio de fatores históricos e pessoas que contribuíram para que a resposta pública de fé, apresentada na cidade de Augsburgo, ganhasse repercussão. Vamos, portanto, observar alguns destes personagens da situação política e religiosa que envolveu a Assembleia imperial de 1530.

### **2.2.1 Lutero – “um fora da lei”**

O movimento da Reforma é caracterizado em sua origem como uma força evangélica contra “cartas de perdão”. Marcado como embate entre Lutero e a hierarquia eclesial por causa da venda de indulgências como propósito de arrecadação de dinheiro para a construção da Basílica de São Pedro.<sup>46</sup>

Com a intenção de alertar o povo sobre o desvio de foco que representavam as indulgências para a piedade medieval, Lutero redige, em 1517, suas 95 teses para o debate acadêmico sobre a autoridade do papa em oferecer carta de indulgência.<sup>47</sup> A publicação das

---

<sup>44</sup> DELUMEAU, 1989, p. 82.

<sup>45</sup> DELUMEAU, 1989, p. 83.

<sup>46</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 16.

<sup>47</sup> “As *Noventa e cinco teses* eram uma proposta acadêmica típica para um debate universitário. Foram escritas em latim, e a maior parte dos habitantes de Wittenberg não sabia sequer ler alemão.” In: LINDBERG, 2001, p. 97.



teses, escritas em latim, foi o anúncio do debate. Entretanto, os escritos foram rapidamente traduzidos para o alemão e espalhados em todo o Império letrado.<sup>48</sup>

É importante lembrar que, embora a forma das noventa e cinco teses fosse a de um debate acadêmico, o contexto desse debate era pastoral. Lutero foi levado à esfera pública a partir de uma preocupação com seus paroquianos, os quais acreditavam que poderiam comprar o paraíso se adquirissem cartas de indulgência.<sup>49</sup>

Quem recebeu cópia das 95 teses foi o arcebispo Alberto Mainz que prontamente enviou cópia para a cúria romana, que prontamente ordenou um processo de investigação sobre o até então desconhecido professor agostiniano da Universidade de Wittenberg. O que poderia ter sido um debate acadêmico se tornou num processo jurídico no qual Lutero era réu. Processo que perdurou de 1518 a 1521 até Lutero ser excomungado, em 3 de janeiro de 1521.<sup>50</sup>

Em maio de 1521, após comparecer diante do imperador Carlos V na Assembleia Imperial em Worms, Lutero é declarado um fora da lei por não se retratar de seus escritos. Ele afirmava que sua consciência estava cativa às Escrituras Sagradas e, portanto, não poderia ir contra a sua consciência nem contra Palavra de Deus.<sup>51</sup> O foco evangélico da Reforma não está na autoridade do papa, mas na autoridade da Escritura. “Lutero deixou claro que ele estava lutando também em prol da consciência de todas as pessoas crentes que se sentiam oprimidas pelas leis da Igreja”<sup>52</sup>.

O edito de Worms proscreeu Lutero e todos os que lhe deram apoio. Todos os súditos foram proibidos de ajudar e mesmo de comunicar-se com Lutero, sob pena de serem presos e terem suas propriedades confiscadas. Todos os escritos foram condenados como heréticos, e ordenou-se que fossem queimados. Agora proscrito também pelo Estado, além de excomungado pela igreja, Lutero sentia-se compelido por sua consciência a desafiar tanto a igreja como o Estado.<sup>53</sup>

<sup>48</sup> Como observamos anteriormente, apenas 5% da população geral sabia ler no século XVI. LINDBERG, 2017, p. 60.

<sup>49</sup> LINDBERG, 2001, p. 94.

<sup>50</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 18.

<sup>51</sup> LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo**: Obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre, RS: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 149.

<sup>52</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 18.

<sup>53</sup> LINDBERG, 2001, p. 112.

Conforme Lindberg, por seu desafio à igreja e ao estado, Lutero passa rapidamente de líder de um movimento religioso para fora de lei de um movimento revolucionário.<sup>54</sup> Por segurança é raptado e escondido no Castelo de Wartburg, onde fica de maio de 1521 até março de 1522, disfarçado como cavaleiro sob proteção do príncipe Frederico.

### 2.2.2 Carlos V: religião e política

Ao ser informado sobre as teses de Lutero, o papa Leão X inicialmente não teria dado muita atenção, incumbindo o caso ao teólogo papal dominicano Silvestre Mazzolini, também chamado de Priérias, que veio a ser o primeiro oponente literário do reformador. A crítica de Lutero às indulgências foi compreendida “como um ataque à teologia tomista-escolástica, à autoridade papal e à jurisdição dominicana (da Cúria) sobre os hereges”<sup>55</sup>.

A reação de Priérias às 95 teses de Lutero foi conhecida como “Diálogo sobre as presunçosas teses de Martinho Lutero a respeito do Poder papal”. Esta correspondência<sup>56</sup> respondia aos fundamentos criticados por Lutero sobre a autoridade papal. Conforme mencionado por Lindberg<sup>57</sup>, estes fundamentos eram:

1. “O papa é o Cabeça da Igreja, ainda que de outra maneira que Cristo”;
2. “O papa não pode errar quando, em sua capacidade de papa, chega a uma decisão”;
3. “Quem não assentir à doutrina da Igreja Romana e do papa como a uma regra infalível da fé, da qual até mesmo a Sagrada Escritura recebe seu poder e autoridade, é herege”;
4. “A Igreja Romana pode estabelecer alguma coisa com relação à fé e à ética não somente através da palavra, mas também através dos atos”.

Contrapor a prática da venda de indulgências era um insulto à infalibilidade e primazia papal, por isso, Lutero foi considerado herege. Estava “claro que Lutero e Roma

---

<sup>54</sup> LINDBERG, 2001, p. 112.

<sup>55</sup> LINDBERG, 2001, p. 98.

<sup>56</sup> Mesmo recebendo o título de “*Diálogo*” a resposta de Priérias se deu por escrito, por isso denominei aqui de correspondência.

<sup>57</sup> Lutero afronta quatro fundamentos papais, citados por LINDBERG, 2001, p. 99

falavam de coisas distintas. Lutero sobre a justificação diante de Deus, Roma sobre a autoridade do papa” (tradução nossa)<sup>58</sup>.

O “diálogo” de Priérias resultou em inicial espanto para Lutero, que foi convocado para ir a Roma em 60 dias. Entretanto, antes mesmo do fim deste período, já foi declarado herege. Ao contrário de outras vezes que precederam Lutero, como a do reformador João Hus<sup>59</sup>, seu fim enquanto herege seria diferente por causa da estreita relação entre política e piedade.<sup>60</sup>

Desde o Concílio de Niceia (325), convocado pelo imperador Constantino, a política e a religião caminhavam de mãos dadas. Na Idade Média, o papa poderia ser compreendido como autoridade temporal e o imperador como autoridade investida com dever religioso.<sup>61</sup>

[...] a Idade Média é período de sutil equilíbrio entre Sacerdócio e Império. No final, o próprio papado contribuiu para pôr fim a ele. Para assegurar a independência da Igreja, buscou enfraquecer o poder do Império. Os papas chegaram até a assumir o comando político do mundo ocidental. Quanto mais ampliava seu poder no âmbito temporal, tanto mais oposição encontrava em um mundo no qual sobressaíam as diferenças nacionais e que lutava por autonomia. A consequência foi que se inverteu a ponta e passou-se a exigir a autonomia do Estado em relação ao poder religioso.<sup>62</sup>

A relação de império e papado foi em alguns momentos de sutil equilíbrio de poderes, mas também de tensões latentes. Tanto para o equilíbrio quanto para a tensão a motivação era comum: o poder.

A eleição de Carlos V, importante personagem político para a Confissão de Augsburgo, representa o quanto a disputa por poder envolve âmbitos políticos e religiosos. O jovem imperador foi eleito depois de muita disputa e investimento financeiro. Carlos V era neto de Maximiliano I, governante da linhagem de Habsburgo. Os Habsburgos eram

<sup>58</sup> “*Bereits in diesem ersten Stadium wird deutlich, dass Luther und Rom über verschiedene Dinge sprechen. Luther über die Rechtfertigung vor Gott, Rom über die Autorität des Papstes.*” In: ADEN, Menno. **Die Reformation und das Augsburger Bekenntnis von 1530 für heute kommentiert**. Nordhausen: Verlag Traugott Bautz, 2015. p. 13.

<sup>59</sup> Huss foi líder do movimento hussita, especialmente na Boêmia. Atacou os excessos da igreja, principalmente quanto ao comércio de relíquias. Cf. DREHER, Martin N. **A igreja no mundo Medieval**. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2007. (Coleção História da Igreja, 2). p. 131.

<sup>60</sup> LINDBERG, 2001, p. 98.

<sup>61</sup> LINDBERG, 2001, p. 100.

<sup>62</sup> DREHER, 2006, p. 14.

imperadores desde 1438, e seus maiores rivais eram os Hohenzollern, que disputaram o império por meio de Albérico, irmão mais jovem do príncipe eleitor de Brandenburgo.<sup>63</sup>

O candidato ao império pelos Hohenzollern tinha alguns impedimentos para concorrer ao cargo. Albérico “estava abaixo da idade canônica para ser bispo, não era nem mesmo sacerdote, além de ser ilegal ocupar mais de um cargo eclesiástico”<sup>64</sup>. Entretanto, os impedimentos poderiam ser revistos desde que houvesse uma negociação financeira com o papa. O acordo financeiro aconteceu, pois o papa Leão estava aberto ao recebimento de “propina”.

Albérico negociou com Roma um preço de 29 mil florins renanos de ouro pelo arcebispado. [...] Leão exigiu uma entrada de aproximadamente 25 por cento do total do dinheiro e concedeu o direito a Alberico de vender indulgências para levantar o resto da quantia.<sup>65</sup>

O interesse financeiro da igreja era motivado pela campanha de construção da Basílica de São Pedro. A mesma intenção se tinha na comercialização de indulgências, neste mesmo período pre-reformatório.

Não sem incentivos financeiros e interesses da igreja, Carlos da Espanha, da linhagem dos Habsburgos, foi eleito em 28 de junho de 1519, como sucessor de seu avô Maximiliano I no Sacro Império Romano-Germânico. Carlos V foi conhecido por levar a sério o dever religioso que assumira, para isso buscou o combate às heresias. Entrementes, o monarca também enfrentou problemas na manutenção da ordem e dos costumes do Império.

Lindberg<sup>66</sup> lembra as condições e principais dificuldades impostas ao imperador:

1. Era pré-requisito a manutenção do alemão e do latim como línguas oficiais, entretanto, Carlos V sabia pouco alemão;
2. Nem cargos para estrangeiros, nem tropas estrangeiras seriam bem-vindas no território alemão;
3. Os recursos imperiais deveriam ser usados unicamente para os interesses do império;
4. Carlos V estava amarrado aos interesses da casa bancária dos Fugger, que financiaram sua campanha ao trono;

---

<sup>63</sup> LINDBERG, 2001, p. 101.

<sup>64</sup> LINDBERG, 2001, p. 101.

<sup>65</sup> LINDBERG, 2001, p. 101-102.

<sup>66</sup> LINDBERG, 2001, p. 102-103.

5. Precisou lidar com o complexo sistema de privilégios e isenções das instituições e estruturas do feudalismo medieval;
6. Passava maior parte do tempo fora do império, pois ao ser eleito já era rei da Espanha e de Nápoles, duque de Borgonha e herdeiro da Áustria.

A situação política da época contribuiu para Lutero, que não poderia ser condenado sem que tivesse a oportunidade, como alemão, de apresentar-se em assembleia diante de autoridades políticas e religiosas para se defender. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a convocação para a Dieta Imperial de Worms (1521) e também para a Dieta de Augsburgo (1530).

### 2.2.3 A Assembleia de Augsburgo e o papel de Melanchthon

O imperador Carlos V lidava com diferentes problemas. Obteve sucesso contra seu principal adversário, o rei da França (Francisco I), quando em junho de 1529 assina a Paz de Bolonha e a Paz de Cambray.<sup>67</sup> Vitorioso no conflito armado, agora poderia lidar com a situação religiosa na Alemanha, já que esta também era sua atribuição.<sup>68</sup>

A Dieta de Augsburgo foi convocada em 21 de janeiro de 1530 por meio de cartas enviadas aos príncipes alemães.<sup>69</sup> O evento deveria acontecer em abril do mesmo ano numa assembleia geral com representantes da igreja e do estado.

Essa assembleia [...] “deveria deliberar sobre esforços bíblicos contra os turcos, adversário atrozíssimo hereditário e antigo do nome e da religião cristã” [...] também deveria “superar divisões, cessar hostilidade, vencer erros passados contra o Salvador, e diligentemente procurar ouvir, entender e considerar o amor e gentileza as opiniões de cada um... de tal forma que todos possamos adotar e manter uma

<sup>67</sup> Por causa dos conflitos Carlos V precisou deixar o império alemão praticamente de lado por quase 9 anos. Entretanto, a situação política e religiosa em 1530 era diferente daquela que encontrou na sua última visita em 1521, por ocasião da Dieta de Worms. MOHAUPT, Lutz. **Wir Glauben und Bekennen** - Zugänge zum Augsburger Bekenntnis. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980. p. 10.

<sup>68</sup> SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às confissões luteranas**: sua atualidade e relevância. Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000. p. 28.

<sup>69</sup> João, o Constante, príncipe eleitor da Saxônia, foi até Augsburgo acompanhado de seus conselheiros, dentre eles Filipe Melanchthon professor de Wittenberg encarregado de elaborar “um documento no qual fossem dadas as razões para as mudanças havidas na Igreja, em seu território”. In: ALTMANN, 1980, p. 7.

única e verdadeira religião; e possamos viver em uma comunhão e unidade, sempre, enquanto estivermos vivendo e batalhando sob um Cristo”<sup>70</sup>

Num contexto de medo da morte e da condenação eterna, de descrédito eclesial hierárquico, de busca pessoal por socorro divino como mérito alcançável e de culto aos santos é redigida e professada a Confissão de Augsburgo como uma resposta comunitária do movimento da Reforma para o seu tempo.<sup>71</sup>

A Confissão de Augsburgo foi escrita e apresentada diante do imperador Carlos V na Dieta<sup>72</sup> de Augsburgo, em 25 de junho de 1530. Filipe Melanchthon apresentou o fruto de seu trabalho de mais de um mês, a Confissão de Augsburgo.<sup>73</sup> O reformador Martin Lutero estava impedido de comparecer à Assembleia convocada, entretanto, aprovou com entusiasmo o escrito em correspondências trocadas com Melanchthon.<sup>74</sup>

O documento da Confissão é um compilado teológico doutrinário de 28 artigos. Os primeiros 21 artigos seguem em grande parte o conteúdo dos artigos de Schwabach de 1529. Já os artigos finais, 22 a 28, se relacionam com os artigos de Torgau, elaborados em maio de 1530. A Confissão de Augsburgo representa, portanto, “a continuação de documentos elaborados anteriormente”.<sup>75</sup>

A pretensão imperial de Carlos V com a convocação da Dieta de Augsburgo era unir a Alemanha contra o perigo da invasão turca.<sup>76</sup> A unidade estava estritamente associada às questões religiosas, portanto, era importante encontrar uma solução. O documento de Melanchthon foi lido por um leigo, o chanceler Christian Beyer, evidenciando a coragem de civis em confessarem a fé publicamente mesmo correndo riscos de perseguição. Uma fé que não é meramente pessoal, mas comunitária, conforme iniciado no 1º Artigo da Confissão de Augsburgo: “As igrejas ensinam entre nós com magno consenso...”.<sup>77</sup>

<sup>70</sup> SEIBERT, 2000, p. 28.

<sup>71</sup> Mesmo se tratando de um documento escrito a partir da reflexão de teólogos e intelectuais, a C.A. tem caráter comunitário no que tange ao movimento reformatório, que não se limitou ao círculo intelectualizado da população, mas a vida e fé do povo.

<sup>72</sup> Dieta ou Assembleia, em alemão *Reichstag* (dia do Reino).

<sup>73</sup> Também denominada *Confessio Augustana*, em latim.

<sup>74</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 43.

<sup>75</sup> NORDSTOKKE, Kjell. A Confissão de Augsburgo no contexto histórico, teológico e missionário. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 23/3, p. 275. 1983. Disponível em:

[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1304/1256](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1304/1256). Acesso em: 15 abr. 2020. p. 275.

<sup>76</sup> **LIVRO DE CONCÓRDIA**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. 6. ed., revisada e atualizada. Porto Alegre, RS: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, Canoas, RS: Editora da Ulbra, 2006. p. 24.

<sup>77</sup> NORDSTOKKE, 1980, p. 275.

A confissão da fé é uma resposta pública (coletiva) e individual (pessoal) inseparável, como lembra Wenz:

a individualidade e a socialidade do confessar constituem uma unidade igualmente originária e inseparável, na medida em que a confissão cristã de fé, não obstante sua individualidade de princípio, articula, consoante sua essência, não meramente a convicção privada de um indivíduo, e sim um sentido comunitário de caráter eclesial que resulta do ouvir conjunto do evangelho e tem como consequência necessária a responsabilidade obediente para com o evangelho.<sup>78</sup>

A centralidade da Reforma está na justificação do pecador pela graça de Deus, mediante a fé. Neste sentido, o contexto histórico em que a Reforma emana é de uma “angústia coletiva”<sup>79</sup> que busca por respostas para os sofrimentos humanos. Esta angústia encontra uma resposta também coletiva na fé em Cristo e em sua obra, porque não há na obra humana remissão de pecados: “nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo” (Artigo 4 da C.A, *Da Justificação*).<sup>80</sup>

Para Dreher, a Reforma protestante representou a provocação de mudanças à luz do Evangelho. O anúncio evangélico descobre novas realidades, diferentes da hierarquia eclesial estabelecida: “se dissera a ‘igreja disse’, ‘a igreja decidiu’... agora se constatou igreja surge onde pessoas são santificadas pelo Evangelho de Jesus Cristo”<sup>81</sup>. A noção da justificação pela fé trouxe uma nova concepção de igreja e a Confissão de Augsburgo quis ser interpretação de discipulado a Jesus, o único Senhor.<sup>82</sup>

No período em que Lutero esteve no Castelo de Wartburgo,<sup>83</sup> se ocupa com sua obra mais importante: a tradução do Novo Testamento para o alemão. A tradução da Bíblia é a possibilidade de tornar o Evangelho da graça acessível aos leigos. Para isso Lutero usou de vocabulário falado nas ruas, mercados e casas. Buscou traduzir do original grego o sentido da mensagem da fé de forma inteligível “para a mãe de família, as crianças e ao homem do povo”<sup>84</sup>.

<sup>78</sup> WENZ, 2004, p. 51.

<sup>79</sup> DELUMEAU, 1989, p. 60.

<sup>80</sup> **A CONFISSÃO DE AUGSBURGO**: Edição comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Curitiba, PR: Encontro Publicações, 2005. p. 12.

<sup>81</sup> DREHER, 1980, p. 43.

<sup>82</sup> DREHER, 1980, p. 53.

<sup>83</sup> De maio de 1521 até março de 1522.

<sup>84</sup> SAUSSURE, Antoine de. **Lutero**: o grande reformador que revolucionou seu tempo e mudou a história da Igreja. São Paulo: Vida, 2004. p. 84.

Na ausência do reformador, os amigos da Universidade de Wittenberg, assumiram a liderança do movimento. O diplomático Filipe Melanchthon<sup>85</sup> e revolucionário Andreas Bodenstein Karlstadt<sup>86</sup> desempenharam papéis distintos e significativos de liderança. Aqui queremos lembrar o teólogo e humanista responsável pela redação da Confissão de Augsburgo: Filipe Schwartzertdt ou Filipe Melanchthon<sup>87</sup>.

Filipe nasceu em 1497 em Bretten<sup>88</sup> num lar intelectual. Juntamente com seus irmãos foi instruído desde pequeno no estudo do latim. Após o falecimento do pai em 1508, sua mãe passou por dificuldades financeiras e o deixou aos cuidados da avó materna. Lá com apoio do tio avô<sup>89</sup> Johannes Reuchlin, famoso humanista, aperfeiçoa e aprende latim e grego.<sup>90</sup>

Filipe muda o nome de “terra negra” (*schawarze Erde*) para Melanchthon por influência de Reuchlin, que ao presentear o “neto” com uma gramática grega, dedica-a para Filipe *Melanchthon*.<sup>91</sup> O jovem promissor ingressa na Universidade de Heidelberg com 12 anos de idade, dois anos depois recebe seu título de mestre pela Universidade de Tübingen. Em 1518, aos 21 anos de idade assume a cátedra de grego da recém-criada Universidade de Wittenberg.

Além de dar aula na universidade, Melânton escreveu artigos e livros sobre uma série de outras disciplinas: gramática de grego e latim, retórica, lógica, antropologia, física, medicina, pedagogia, ética, história e geografia. [...] era um professor extremamente apreciado. Muitas vezes seu público chegava a 400 pessoas, que valorizavam especialmente a linguagem precisa, a fartura de ilustrações e a estruturação clara de suas explicações.<sup>92</sup>

Lutero também se impressionou com os conhecimentos, principalmente linguísticos, de Melanchthon. A relação teológica e linguística de ambos resultou na posterior tradução da

<sup>85</sup> Há variações do nome, dependendo da tradução: Felipe Melânton ou Filipe Melanchthon. Faremos uso da segunda, sem alteração do original alemão.

<sup>86</sup> “Suas ideias eram bem mais radicais do que as de Lutero [...] eram furiosamente primitivas e queriam orientar-se no cristianismo primitivo”. In: DREHER, Martin N. **De Luder a Lutero: uma biografia**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2014. p. 190.

<sup>87</sup> A mudança de nome era uma prática comum entre os humanistas. LINDBERG, 2001, p. 121.

<sup>88</sup> Atual Kraichgau, na Saxônia.

<sup>89</sup> LINDBERG se refere à Reuchlin como *avô de Melanchthon*. In: LINDBERG, 2001. p. 120. Já ULRICH e KLUG, como *tio avô Melanchthon*. In: ULRICH, Claudete Beise; KLUG, João. **Felipe Melanchthon (1497-1560): pedagogo da Reforma protestante, patrimônio da educação**. Revista Brasileira de História das Religiões, cidade, ano 8, n. 24, p. 151, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30706>. Acesso em 1 out. 2020.

<sup>90</sup> ULRICH; KLUG, 2016. p. 151.

<sup>91</sup> ULRICH; KLUG, 2016. p. 152.

<sup>92</sup> MORGNER, Christoph (Ed.). **Tinta, teses, temperamentos - Seguindo os passos de Martinho Lutero**. Curitiba: Esperança, 2017. p. 132-133.



Bíblia, uma cooperação anterior à Wartburgo, porque Lutero foi aluno de grego de Melanchthon e Melanchthon aluno de Bíblia de Lutero.<sup>93</sup> Um contribuiu para o outro, apesar das divergências de temperamentos: “Em alguns momentos Lutero ficava impaciente com a ‘extrema’ cautela de Melanchthon, e, em outros Melanchthon se incomodava com a irascibilidade de Lutero”<sup>94</sup>.

Foi por sua capacidade de sistematização e seu temperamento pacífico que Filipe Melanchthon se tornou o principal nome para a redação da Confissão de Augsburgo. Se Lutero estivesse presente na Assembleia, mesmo que correndo risco de vida, a possibilidade de paz e entendimento seria comprometida. Vale recordar que “o tema era paz e não controvérsia e provocação. Por isso, Melanchthon foi nomeado teólogo principal da comissão, um homem muito mais diplomático do que Lutero”<sup>95</sup>.

O documento apresentado na Dieta de Augsburgo, sistematizado por Melanchthon, foi de extrema importância para o movimento reformatório. A Confissão de Augsburgo manifesta que os luteranos não são oponentes religiosos de Roma, mas “apresenta as diferenças, mas também a semelhanças com a Igreja Católica [...] [A CA] adquiriu imediatamente a importância peculiar de uma declaração pública de fé”<sup>96</sup>.

### 2.3 SÍNTESE: A CONFISSÃO LUTERANA

A confissão da fé dos luteranos diante da Assembleia imperial de Augsburgo foi uma resposta para um contexto histórico de epidemia e morte. No final da Idade Média a peste negra colocava o povo diante de questionamentos sobre a fragilidade da vida e a salvação de suas almas. Neste contexto de angústia coletiva surge a redescoberta da mensagem da justificação pela fé da Reforma protestante como um marco orientador da graça de Deus.

A busca pessoal pelo livramento e pela salvação, diante das crises das bases simbólicas de segurança que a igreja e o clero representavam, levaram as pessoas a buscarem por uma piedade autônoma. Para fugir da ira de Deus e buscar alcançar a eternidade se recorriam aos santos, buscavam uma vida monástica ou compravam indulgências.

---

<sup>93</sup> ULRICH; KLUG, 2016, p. 155

<sup>94</sup> LINDBERG, 2001, p. 121.

<sup>95</sup> NORDSTOKKE, 1980, p. 276.

<sup>96</sup> ULRICH; KLUG, 2016, p. 155-156

O movimento da Reforma surge entre o embate de Lutero e o aparato eclesial de venda de indulgências. Ante as autoridades políticas e eclesiásticas, a Reforma afirma a autoridade da Escritura. Ante a assembleia imperial de Augsburgo de 1530, os luteranos confessam a sua fé em Cristo e em sua obra.

Filipe Melanchthon é o principal personagem na redação da Confissão de Augsburgo. A ele é incumbida à responsabilidade de sistematização do conteúdo da fé evangélico luterana. Este documento não é uma formulação de confrontação à igreja católica, mas de uma declaração pública de fé. Confessar a fé é algo fundamental para as pessoas cristãs em todos os tempos, pois elas se reafirmam diante de outras pessoas como discípulas do Senhor. Deste modo, os luteranos assumem em Augsburgo sua confissão como resposta de seguimento ao Senhor.

Entrementes a compilação da confissão luterana, feita por Melanchthon, é ao mesmo tempo um trabalho de reafirmação de confissões anteriores, mas também de limites claros contra os abusos cometidos pela igreja. A confissão da fé enquanto resposta humana à revelação de Deus em sua Palavra será uma resposta bíblicamente fundamentada também em Augsburgo.

### **3 CONFISSÃO DE AUSGBURGO - ASPECTOS TEOLÓGICOS**

A Confissão de Augsburgo é documento da confissão da fé evangélica protestante, e este tem um chão histórico e uma resposta bíblicamente fundamentada para o seu tempo. Por se tratar de uma confissão evangélica abordaremos sua estrutura, conteúdo e centralidade teológica.

Este documento confessante foi redigido em dois momentos para somente depois ser pronunciado publicamente, diante da Dieta Imperial de Augsburgo. Os Artigos de Schwabach de 1529 e os Artigos de Torgau de 1530 formam a Confissão Augsburgo como a conhecemos. Entrementes, lembraremos que neste segundo bloco, de Torgau, estão os temas de maior divergência entre luteranos e católicos.

A Confissão apresenta também “conquistas irrenunciáveis” do movimento da Reforma protestante. É reafirmado seu vínculo histórico com a “unidade” da igreja de Cristo, que não se esquece de sua origem, mas também confronta à luz da Palavra de Deus temas como a “Santa Ceia” sob as duas espécies e o “Casamento dos sacerdotes”.

O tema da justificação pela fé é aspecto teológico que envolve a Confissão de Augsburgo como um todo. A justificação pela fé em Cristo é tema central da teologia cristã da Reforma. Por isso, também queremos lembrar o conceito de “justiça passiva” em Lutero e a “fé em Cristo” e na sua obra, em contraposição a qualquer iniciativa e obra humana pela salvação pessoal.

#### **3.1 A “CONFISSÃO” DA CONFISSÃO**

A pedido do príncipe eleitor João da Saxônia, Filipe Melanchthon elaborou um escrito confessional para a Dieta Imperial de Augsburgo de 1530. O escrito ficou conhecido como Confissão de Augsburgo e é base confessional comum das igrejas luteranas no mundo.

A redação da Confissão foi baseada em artigos anteriores já existentes e concluída ainda a caminho da Dieta Imperial. O escrito foi recebido e lido em 25 de junho de 1530,

porém logo após foi proibido<sup>97</sup>. Os teólogos católicos foram incumbidos de produzirem uma resposta, a *Confutatio*, lida em 3 de agosto.<sup>98</sup> Para esta, Melanchthon escreveu a Apologia da Confissão de Augsburgo, rejeitada pelo imperador Carlos V, que encerrou o assunto.<sup>99</sup>

A proclamação e entrega da Confissão de Augsburgo em 25 de junho é considerada um momento central na história da Reforma, efeméride comemorada ainda hoje em algumas igrejas. Só que esse dia não foi um ponto final, e sim o começo de negociações, na época em Augsburgo e depois em várias conferências religiosas. Somente pelo motivo de que não se chegou a um acordo é que esse documento do esforço por uma doutrina e prática corretas da igreja acabou se transformando numa confissão que foi integrada como parte constituinte do acordo de paz imperial de Augsburgo em 1555, constituindo norma doutrinária até hoje.<sup>100</sup>

A versão original apresentada por Melanchthon em 1530 é chamada de *Invariata*. Mais tarde, em 1540 foi publicada a versão *Variata*, uma reedição latina revista.<sup>101</sup> Em 1555, com a Paz de Augsburgo, a Confissão de Augsburgo se tornou “a base para a segurança jurídica externa das igrejas provinciais na Alemanha”<sup>102</sup>. Adiante veremos a estrutura e os aspectos teológicos da versão *Invariata* da Confissão de Augsburgo.

### 3.1.1 Estrutura da Confissão

Quando, em 21 de janeiro de 1530, o imperador Carlos V convocou a assembleia imperial para a cidade Augsburgo, chamou os príncipes e representantes das cidades livres do Império para debater divergências religiosas promovidas pelo movimento reformatório e buscar consenso e unidade para o Sacro Império Romano da Nação Alemã.

Os príncipes tinham até abril do mesmo ano para prepararem algo para o esperado debate:

<sup>97</sup> Apesar do imperador Carlos V ter proibido sua divulgação, foram disponibilizadas muitas cópias na Confissão de Augsburgo no mesmo ano de sua redação. ALTMANN, Walter. **Confessando nossa fé: Estudos da Confissão de Augsburgo para uso das comunidades**. São Leopoldo: Sinodal, 1980. p. 8.

<sup>98</sup> SCHEIBLE, Heinz. **Melanchthon: uma biografia**. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST, 2013. p. 119.

<sup>99</sup> FROER, Kurt. **A Confissão de Augsburgo: comentada para a doutrina nos estabelecimentos de ensino secundário**. São Leopoldo: Sinodal, 1965. p. 5-7.

<sup>100</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 118.

<sup>101</sup> Para Melanchthon era claro de que o texto de 1530 não havia sido redigido para ser “sacrossanto” e final. SCHEIBLE, 2013, p. 118.

<sup>102</sup> FROER, 1965, p. 7.

[...] o Eleitor da Saxônia pediu aos seus teólogos em Wittenberg que preparassem um relato sobre as crenças e práticas nas igrejas da sua terra. Uma vez que a exposição das doutrinas, conhecida com o nome de *Artigos de Schwabach*, tinha sido preparada o verão de 1529, tudo o que parecia ser necessário agora era uma exposição adicional a respeito das mudanças práticas introduzidas nas igrejas da Saxônia. Tal exposição foi, por isso, preparada por teólogos de Wittenberg e, visto que foi aprovada num encontro em Torgau, no fim de março de 1530, é chamado comumente de *Artigos de Torgau*.<sup>103</sup>

A Confissão de Augsburgo, como a conhecemos, é um compilado de 28 artigos divididos em duas partes: *Artigos de Schwabach* (Artigos 1-21) e *Artigos de Torgau* (Artigos 22-28). A Confissão apresentada na Dieta é uma formulação de confissões protestantes anteriores, ou seja, é uma Confissão de confissões. Mesmo não sendo a única nem a última confissão protestante, a Confissão de Augsburgo representou um marco decisivo para o percurso do movimento reformatório subsequente.<sup>104</sup>

A Confissão representa uma “ação” e um “conteúdo”<sup>105</sup>, uma resposta específica para um tempo histórico, mas igualmente um marco da fé cristã. A Confissão da Fé enquanto resposta à Palavra de Deus, tem um conteúdo concreto: Jesus Cristo.

A fé não é uma mera afirmação de proposições (dogmas) e atos (fatos de salvação); a fé é um caminho, um movimento, que se dirige a Deus e somente a Ele. É a autoprojeção de todo ser humano para Deus; significa confiar e construir sobre Deus, o amém para Deus com todas as suas consequências. A fé é o sim a Deus enquanto razão, objetivo, apoio e conteúdo de vida. (tradução nossa)<sup>106</sup>

A Confissão de Augsburgo representa uma ação concreta de resposta protestante ao imperador. Mas também é uma formulação clara e pública, conteúdo de fé, de “consciências

<sup>103</sup> **LIVRO DE CONCÓRDIA**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. 6. ed., revisada e atualizada. Porto Alegre, RS: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal; Canoas, RS: Ulbra, 2006. p. 24.

<sup>104</sup> “Assinada por sete príncipes e pelos representantes de duas cidades livres, a Confissão imediatamente adquiriu importância peculiar como uma declaração pública de fé”. **LIVRO DE CONCÓRDIA**, 2006, p. 24.

<sup>105</sup> Apresentado por Kasper como “*Akt*” (ato) e “*Inhalt*” (conteúdo). MEYER, Harding; SCHUETTE, Heinz. **Confessio Augustana Bekenntnis des einen Glaubens**: Gemeinsame Untersuchung Lutherischer und Katholischer Theologen. Paderborn: Verlag Bonifacius-Druckerei, 1980. p. 37.

<sup>106</sup> *Der Glaube ist also kein bloßes Fürwahrhalten von Sätzen (Dogmen) und Akten (Heilstatsachen); der Glaube ist ein Weg, eine Bewegung, die sich auf Gott und auf ihn allein richtet. Er ist Selbstentwurf des ganzen Menschen auf Gott hin; er bedeutet ein Trauen und Bauen auf Gott, das Amen-Sagen zu Gott mit allen Konsequenzen. Der Glaube ist das unbedingte Ja zu Gott als Grund, Ziel, Halt und Inhalt des Lebens.* KASPER, Walter. Bekenntnis und Bekenntnisgemeinschaft in katholischer Sicht. In: MEYER; SCHUETTE, 1980, p. 37.

cativas”<sup>107</sup> à Palavra de Deus. A Confissão é, portanto, uma resposta humana à revelação de Deus em sua Palavra.<sup>108</sup>

### 3.1.1.1 Artigos de Schwabach

Confissão de Augsburgo é conteúdo da fé, do movimento da Reforma, em Jesus Cristo. Representa a reafirmação da centralidade do Evangelho da graça. A primeira parte deste conteúdo são os Artigos de Schwabach de 1529, também conhecidos como “artigos de fé e doutrina”.<sup>109</sup>

Altmann subdivide os artigos da primeira parte da Confissão em três partes básicas<sup>110</sup>:

1. Artigos 1 até 3 buscam concordância com a igreja antiga<sup>111</sup> a respeito de Deus (Artigo 1), origem do pecado (Artigo 2) e Jesus Cristo (Artigo 3).
2. Os Artigos 4 até 6 e 18 até 20 apresentam a compreensão reformatória do Evangelho. A justificação (Artigo 4), o ministério da pregação (Artigo 5), nova obediência (Artigo 6), livre arbítrio e origem do pecado (Artigos 18 e 19), fé e boas obras (Artigo 20).
3. Artigos 7 até 15 tratam de problemas relacionados à igreja. Conceito de igreja (Artigos 7 e 8), sacramentos<sup>112</sup> (Artigos 9-13), ordem e ritos eclesiais (Artigos 14 e 15).

Restam artigos finais que correspondem a questões específicas da Confissão da Fé dos luteranos: sobre as autoridades civis (Artigo 16); a volta de Jesus Cristo (Artigo 17) e o culto aos santos (Artigo 21).

<sup>107</sup> Parafrazeando a resposta de Lutero a Dieta de Worms em 1521. Assim como para Lutero, também “para Melanchthon era inaceitável ter como norma de fé algo fora da Escritura Sagrada e das confissões da Igreja Antiga”. SCHEIBLE, 2013, p. 127.

<sup>108</sup> “Sem a Palavra o homem não conhece nem seus pecados nem a graça de Deus”. SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às confissões luteranas**: sua atualidade e relevância. Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000. p. 20.

<sup>109</sup> ALTMANN, 1980, p. 8.

<sup>110</sup> ALTMANN, 1980, p. 8-9.

<sup>111</sup> Os Artigos 1 a 3 demonstram o vínculo teológico dos reformadores com os dogmas da igreja antiga. **A importância da Confissão de Augsburgo hoje**. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-importancia-da-confissao-de-augsburgo- hoje>. Acesso em 01 abr. 2020.

<sup>112</sup> Inclusive sobre “Confissão” e “Arrependimento” mesmo que não sejam declarados sacramentos entre os luteranos. ALTMANN, 1980, p. 8.

A compreensão reformatória do Evangelho é testemunhada, nos Artigos 18 e 21, de forma controversa, conforme a teologia da época. Estes temas de discussão no período reformatório antecediam a Assembleia de Augsburgo:

[...] temos a questão do livre arbítrio (18), que já havia sido discutida extensamente nas controvérsias entre Lutero e Erasmo. Depois, relacionada com esta, vem a questão da causa do pecado (19), onde se afirma que a vontade humana, embora cativa, como Lutero afirmava, mesmo assim é responsável pelo pecado. Outra questão, que desde o início da Reforma representava um dissenso, era a da fé e das boas obras (20) [...] [e] do culto aos santos (21), que segundo os luteranos devem ser lembrados como exemplo de fé e de boas obras, mas não invocados ou venerados.<sup>113</sup>

Os artigos de Schwabach reafirmam a posição luterana diante das discussões anteriores à Assembleia de Augsburgo. Como, por exemplo, sobre “as boas obras” (Artigo 20) que são também mencionados nos Artigos 6 e 16, obras motivadas pelo amor, oriundas da fé. Deste modo, os luteranos não condenam na sua Confissão às “boas ações”, mas a relação meritória que se tinha sobre elas.<sup>114</sup>

### 3.1.1.2 Artigos de Torgau

A profissão da fé pública evangélica era uma oportunidade de resistência e defesa não violenta de Cristo.<sup>115</sup> Os teólogos de Wittenberg redigiram pareceres sobre a defesa da fé promovida até então. Estes formulam uma versão provisória em fins de março de 1530 na cidade de Torgau. Os esboços contaram com a colaboração distante de Lutero em Wittenberg, mas também com as deliberações de Jonas, Spalatino, Bugenhagen, Bück e outros. Filipe Melanchthon foi o autor principal da compilação dos Artigos de Torgau, denominados “artigos sobre os quais há divergências e em que se receiam os abusos que foram corrigidos”.<sup>116</sup>

<sup>113</sup> **A importância da Confissão de Augsburgo hoje.** Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-importancia-da-confissao-de-augsburgo-hoje>. Acesso em 01 abr. 2020.

<sup>114</sup> SEIBERT, 2000, p. 72-74.

<sup>115</sup> Melanchthon não era favorável à resistência armada contra o imperador e o uso de violência, por isso, recomendava “*professar o evangelho como pessoa particular, suportando o sofrimento dali proveniente*”. SCHEIBLE, 2013, p. 112.

<sup>116</sup> **A CONFISSÃO DE AUGSBURGO:** Edição comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Curitiba, PR: Encontro Publicações, 2005. p. 24.

Este último bloco da Confissão de Augsburgo trata das “das duas espécies do sacramento” (Artigo 22), “do matrimônio dos sacerdotes” (Artigo 23), “da missa” (Artigo 24), “da confissão” (Artigo 25), “da distinção de comidas” (Artigo 26), “dos votos monásticos” (Artigo 27) e “do poder dos bispos” (Artigo 28).

Estes artigos da Confissão foram os de maior divergência entre católicos e luteranos:

Na Confissão de Augsburgo, quando se debaterem os abusos, não se tratará dos costumes dos monges, mas da comunhão sob uma única espécie, da missa instituída como sacrifício, do celibato eclesiástico, dos votos de religião, dos jejuns e abstinências impostos aos fiéis.<sup>117</sup>

Nos Artigos de Torgau “são abordados, sumariamente, temas como indulgências, peregrinações e excomunhão”<sup>118</sup>. A convicção era de que a doutrina elaborada em Torgau fosse compatível com a Sagrada Escritura e, portanto, luteranos estariam de acordo com a igreja Católica, universal.<sup>119</sup>

### 3.1.2 Temas divergentes

O título da segunda parte da Confissão de Augsburgo já nos adverte de que este bloco, dos Artigos 22 até 28, são dos “artigos sobre os quais há divergências”<sup>120</sup>. Os luteranos não têm a pretensão de introduzir uma nova doutrina, mas à luz da Escritura, corrigir abusos que a igreja estaria cometendo. Isso, porque compreendem que a aceitação e a prática destes abusos foram um erro que precisa ser corrigido. Cabe ao imperador ouvir, acolher e julgar a denúncia e reivindicação dos teólogos protestantes<sup>121</sup> em Augsburgo.<sup>122</sup>

---

<sup>117</sup> DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989. p. 59-60.

<sup>118</sup> ALTMANN, 1980, p. 9.

<sup>119</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 113.

<sup>120</sup> A CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 24.

<sup>121</sup> Muitas vezes Melanchthon é mencionado por ser o principal redator do escrito da Confissão de Augsburgo, mas vale lembrar que de ele não estava sozinho nas deliberações teológicas da Confissão. “Brück, Bugenhagen, Jonas, Spalatino e outros participaram das deliberações. Lutero ficou em Wittenberg, mas participara da elaboração dos esboços”. SCHEIBLE, 2013, p. 112.

<sup>122</sup> SEIBERT, 2000, p. 77.



### 3.1.2.1 A Escritura Sagrada e as tradições

O fundamento teológico de Lutero e Melanchthon está na Sagrada Escritura, na Palavra de Deus enquanto fonte da fé.<sup>123</sup> É na leitura da Palavra que Lutero encontra a misericórdia e graça de Deus. Também é a Escritura o centro propositivo<sup>124</sup> da primeira dogmática protestante escrita por Melanchthon, em 1521: *Loci Theologici*.

Os *loci* são [...] uma proposta de leitura da Bíblia. Por mais que eles colham elementos da tradição teológica anterior, é a nova perspectiva reformatória que dá tom a respeito dos tópicos que merecem destaque enquanto índices para o que deve ser buscado no processo de aprofundamento de leitura da bíblia.<sup>125</sup>

Ter a Escritura como fonte e critério<sup>126</sup> balizador para a assimilação da tradição cultural<sup>127</sup> têm consequências para a Confissão luterana, que reconhece a sua autoridade acima de concílios, papas e igreja.<sup>128</sup> Para Lutero a Palavra de Deus está acima da igreja, e isso é compreendido na distinção entre Palavra de Deus e palavra humana. Para Melanchthon, a Escritura é princípio orientador sobre os abusos da tradição da igreja.<sup>129</sup>

O “somente a Escritura” (*sola scriptura*) protestante contrapunha a “Escritura e Tradição” da igreja Católica. Uma polêmica que não dizia respeito à tradição somente, mas à leitura da Escritura enquanto única fonte da revelação. “Melanchthon conhecia a tradição da igreja, fez dela uma avaliação crítica, a qual em parte positiva. Mas nunca abandonou o princípio da Escritura”<sup>130</sup>. A estima que tinha pela tradição nunca o impediu de questioná-la criticamente, porque para ele e para a hermenêutica protestante, “à luz do evangelho”, a tradição pode ser discutida.<sup>131</sup>

<sup>123</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 144.

<sup>124</sup> “A intenção do autor é que seu escrito sirva apenas como um indicador para o estudo das Escrituras”. GROSS, Eduardo. Introdução. In: MELANCHTHON, Philipp. *Loci Theologici*: tópicos teológicos, de 1521: edição crítica bilíngue, latim e português. São Leopoldo, RS: Sinodal, Faculdades EST, 2018. p. 23.

<sup>125</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 25.

<sup>126</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 24.

<sup>127</sup> Tradição cultural denominam-se as demais fontes de saber teológico como: autores clássicos e pais da igreja. MELANCHTHON, 2018, p. 24.

<sup>128</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 144.

<sup>129</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 144-145.

<sup>130</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 145.

<sup>131</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 127.

### 3.1.2.2 *Limites de negociação*

A Dieta Imperial em Augsburgo foi uma oportunidade de profissão da fé evangélica, mas também, já no seu início, um sutil enfrentamento teológico entre católicos e protestantes. O imperador chega a Augsburgo dia 15 de junho, um dia antes da festa de *Corpus Christi*, ordenando que pregações evangélicas cessassem e que todas as pessoas participassem da procissão no dia seguinte.<sup>132</sup>

A ordem imperial não foi cumprida, porque soou como uma afronta que “tiraria a credibilidade dos participantes”<sup>133</sup> diante do que professariam 10 dias mais tarde. Os adeptos da Reforma não poderiam aceitar esta ordem, porque divergiam da sua compreensão evangélica. A pregação que também havia sido proibida foi concedida com ressalvas, houve apenas leituras bíblicas não comentadas.<sup>134</sup>

Antes da Dieta Imperial propriamente dita, com a intenção de evitar algum conflito armado, teólogos protestantes e católicos buscaram consenso. A promoção da paz seria um bom testemunho de fé para ambas as partes. Por isso, ainda antes mesmo da chegada do imperador, em 2 de junho de 1530, Johannes Cochlaeus e Arnold von Wesel se reuniram com Melanchthon e Bretz para debaterem alguns temas. A solicitação evangélica era pela concessão de cálice para leigos, casamento dos padres e missa evangélica.<sup>135</sup>

A Confissão de Augsburgo foi permeada, em seu contexto anterior e posterior, por debates teológicos pela busca de uma espécie concordância. Melanchthon buscou representar uma mediação evangélica com negociações pacificadoras para orientar e “corrigir”<sup>136</sup> alguns erros na igreja de seu tempo.

No mês seguinte à leitura da Confissão, a *Confutatio* era preparada pelos católicos. Enquanto isso, Melanchthon escreve para o moderado cardeal Lorenzo Campeggio, em 4 de julho de 1530, informando que era desejoso pela paz e concórdia desde que a igreja romana concordasse em alguns aspectos da Confissão. Já no dia seguinte, Melanchthon foi recebido e pôde informar quais seriam as solicitações protestantes. Enfatizou, de que estas seriam o

---

<sup>132</sup> FROER, 1965, p. 5-6.

<sup>133</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 114.

<sup>134</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 114.

<sup>135</sup> Temas dos Artigos 22 (*Das duas espécies do Sacramento*), 23 (*Do matrimônio dos sacerdotes*) e 24 (*Da missa*) da Confissão de Augsburgo. SCHEIBLE, 2013, p. 115.

<sup>136</sup> Como já mencionado sobre o título que receberam os Artigos de Torgau.

cálice para leigos, casamento dos padres e a dispensa para monges e freiras.<sup>137</sup> Em 8 de julho numa segunda negociação com a parte católica, o diálogo ganha um novo tom, pois algo possível de abdicar<sup>138</sup> seria o casamento e o cálice, mas não a dispensa dos monges.<sup>139</sup>

Desde o começo, estava claro para Melanchthon que o cálice para leigos, o casamento de padres e a missa privada continuariam sendo os principais pontos de conflito. Logo ele também reconheceu que somente havia margem de negociação na área das tradições da igreja, naquilo que mais tarde viria a ser chamado de adiáforos, porque no tocante à missa e às doutrinas da fé a Confissão de Augsburg já havia demarcado os limites.<sup>140</sup>

A Confissão de Augsburg<sup>141</sup> se estabeleceu como referência limitadora para os debates teológicos que a sucederam. Sua proclamação na Dieta Imperial é celebrada como um momento central para a Reforma, mas este não foi seu ponto final, mas o princípio de muitas negociações e conferências religiosas. A Confissão era ponto de partida desejado por Melanchthon para o debate em Worms em 1540<sup>142</sup>, assim como foi orientação para o debate com Eck<sup>143</sup> em janeiro de 1541, em Ratisbona.<sup>144</sup>

Por não se chegar a um acordo sobre a Confissão de Augsburg, por se tratar de uma tentativa evangélica por uma doutrina e prática correta da igreja, se tornou “parte constituinte do acordo de Paz imperial de Augsburg em 1555”<sup>145</sup>. Adotada como norma doutrinária, a CA de 1530 era antes posicionamento passível de negociações e possíveis alterações.

A Paz de Augsburg garantiu segurança pessoal e jurídica ao Sacro Império romano-germânico entre católicos e protestantes, possibilitou tolerância religiosa e direito à

<sup>137</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 117.

<sup>138</sup> Alguns pontos de debate com os católicos poderiam ser tolerados até um concílio. Scheible nos apresenta estes tópicos passíveis de flexibilização até uma oportunidade de debate e decisão conciliar. SCHEIBLE, 2013, p. 118-122.

<sup>139</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 118.

<sup>140</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 115.

<sup>141</sup> O documento foi escrito, revisado e ampliado, porque ele não foi inicialmente estabelecido como uma norma doutrinária, mas como uma confissão de fé que constantemente pode ser debatida e reformulada à luz da Escritura. O próprio Melanchthon alterou a Confissão inúmeras vezes, fazendo também revisões radicais, pois não considerava o documento sagrado. Aos contemporâneos de Melanchthon essas alterações inicialmente não eram tão inconvenientes. SCHEIBLE, 2013, p. 118.

<sup>142</sup> Nicolau Granvella que havia sido incumbido pelo imperador para mediar o debate em Worms não concordou que a Confissão de Augsburg fosse ponto de partida para as discussões em nível amistoso. Mesmo assim a Confissão de Augsburg foi debatida em elevado nível nos bastidores deste evento entre os evangélicos. SCHEIBLE, 2013, p. 135-137.

<sup>143</sup> Johannes Eck foi o principal oponente do movimento da Reforma. Já em 1519, no Debate de Leipzig, foi o principal oponente do lado evangélico. Ou seja, o confronto com Eck em 1541 já tinha “diferenças bem definidas há tempo”. SCHEIBLE, 2013, p. 135.

<sup>144</sup> Em alemão Regensburg.

<sup>145</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 118.

organização de políticas eclesiais para quem aderisse a Confissão de Augsburgo. O acordo de Paz imperial reconheceu a soberania dos príncipes sobre assuntos religiosos com base no princípio de que “onde há um único regente, deve-se haver uma única religião”.<sup>146</sup>

Antes de a CA ser adotada como status normativo confessional foi um documento de debate e divergência, entretanto este período de negociação entre teólogos católicos e luteranos foi marcado pela reafirmação de limites claros por parte dos luteranos.

### 3.2 CONQUISTAS IRRENUNCIÁVEIS

A Reforma protestante proporcionou percepções de Deus, da igreja e do mundo que no processo de negociação posterior à redação da Confissão de Augsburgo foram consideradas por Melanchthon como “conquistas irrenunciáveis da Reforma”<sup>147</sup>. A busca por acordos de paz entre teólogos católicos e luteranos era negociada, entretanto, havia na Confissão de Augsburgo limites claros.

#### 3.2.1 Unidade

O desejo pela unidade da igreja de Jesus Cristo transpassa a redação da Confissão dos luteranos.<sup>148</sup> A Confissão de Augsburgo em seu prefácio latino recorda que o grupo que a subscreve não é separatista, mas que em obediência à convocação imperial se apresenta com a intenção de buscar concórdia cristã:

[...] também quanto às dissensões com respeito a **nossa santa religião e fé cristã** (grifo nosso), e a fim de que neste assunto da religião as opiniões e sentenças das partes, presentes umas às outras, possam ser ouvidas, entendidas e ponderadas entre

<sup>146</sup> “*cuius regio, eius religio*”

<sup>147</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 120.

<sup>148</sup> “A Confissão de Augsburgo é um testemunho forte em favor dos reformadores luteranos em sua tentativa de manter a unidade da Igreja”. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Do Conflito à Comunhão**: Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília: CNBB; São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 35.

nós, com mútua caridade, brandura e mansidão, para que, corrigido o que tem sido tratado incorretamente nos escritos de um e outro lado, possam essas coisas ser compostas e reduzidas a uma só verdade simples e concórdia cristã, de forma tal, que, quanto ao mais, **seja praticada e mantida por nós uma só religião** (grifo nosso) pura e verdadeira; e para que assim como estamos e militamos sob um mesmo Cristo, possamos da mesma forma **viver em uma só igreja cristã** (grifo nosso), em unidade e concórdia [...] <sup>149</sup>

A premissa da confissão evangélica era a unidade em questões centrais da fé cristã. Não se trata apenas de uma cordialidade aparente ou “estratégia política para enganar o imperador”<sup>150</sup>, mas de postulado de unidade de uma igreja que continua sendo “una e santa” (Artigo 7 da CA).

A expressão originária pulsante de unidade ganhou outros contornos com o desenvolvimento histórico posterior à Dieta Imperial. Wenz nos lembra de que a Confissão de Augsburgo foi sendo assimilada, não apenas como ato de expressão da fé evangélica (*Bekennntnis*), mas como identificação institucional (*Konfession*), num processo de posterior confessionalização. Deixou de representar a intenção originária de reafirmação da unidade, para vir a ser um documento de assimilação de uma “nova unidade”, como lemos:

O processo de confessionalização, que reflete a história terminológica do conceito de confissão como ato e como instituição *in nuce* [em seu cerne], ainda que com peculiar atraso, espelha-se de maneira análoga e exemplar na mudança de função sofrida pela Confissão de Augsburgo (CA) no decorrer do século 16. O que ocorreu não foi só que a CA transformou-se, em poucas décadas, de um “documento da vontade de unidade ao menos com a igreja antiga” num “documento de uma outra unidade”, a saber, “da unidade de um grupo separado”[...] <sup>151</sup>

A mudança de função da Confissão, de “vontade de unidade” para “nova unidade”, transcorre da variação da necessidade teológica primária para uma necessidade política posterior, e secundária. Como, por exemplo, quando a Confissão de Augsburgo assume papel de importância nas discussões posteriores de 1533 e 1539, no Tratado de Passau de 1552 e na Paz imperial de Augsburgo em 1555. <sup>152</sup>

<sup>149</sup> Prefácio da Confissão de Augsburgo. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 6-7.

<sup>150</sup> NORDSTOKKE, Kjell. A Confissão de Augsburgo no contexto histórico, teológico e missionário. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 23, p. 277. 1983. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1304/1256](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1304/1256). Acesso em: 15 abr. 2020.

<sup>151</sup> WENZ, Gunther. Evangelho e escritos confessionais: a hermenêutica das confissões do luteranismo. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 52.

<sup>152</sup> WENZ, 2004, p. 52-53.

A interpretação da Confissão de Augsburgo atualmente é possível pelo seu significado teológico não legalista-doutrinário, mas essencialmente evangélico. Esse é, essencialmente, seu sentido originário confessional. Sua redação vai ao encontro de uma necessidade teológica, de debate, de resposta, de testemunho de fé em Cristo e de unidade.<sup>153</sup>

A unidade é afirmada na recordação de uma compreensão teológica ordinária. A Confissão de Augsburgo inicia com a reafirmação de formulações da igreja antiga, como uma confissão de fé comum da igreja, conforme o Credo Niceno-Constantinopolitano de 381. Não é uma nova igreja falando de novas coisas, mas são os protestantes como bons católicos reafirmando seu vínculo de unidade: Deus (Artigo 1).<sup>154</sup>

Em primeiro lugar, ensina-se e mantém-se, unanimemente, de acordo com o decreto do Concílio de Nicéia, que há uma só essência divina, que é chamada Deus e verdadeiramente é Deus. E todavia há três pessoas nesta única essência divina, igualmente poderosas, igualmente eternas, Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todas três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade, um só criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis.<sup>155</sup>

A impressão causada neste primeiro artigo é positiva<sup>156</sup>; a Confutação Católica aprovou esta afirmação, pois a identidade luterana apresentada é identificada diretamente com o cristianismo histórico. Não há indício de “esquecimento” da sua própria história. Seibert apresenta o seguinte diagnóstico: “Esse mal é comum entre muitas igrejas. Sofrer de amnésia é esquecer o passado e querer resgatar apenas o presente e o futuro [...] viver de forma útil para o presente e futuro é apoiar-se do passado”.<sup>157</sup>

Após a reafirmação da doutrina da trindade, o artigo faz a denúncia contra todos os que rejeitavam este ensino: maniqueus; valentinianos; arianos; eunomianos; maometanos e samosatenses.<sup>158</sup> Os luteranos concordam com a doutrina universal da trindade<sup>159</sup>, baseados

<sup>153</sup> Indo de encontro ao Evangelho da justificação fundamentado na Escritura. WENZ, 2004, p. 53.

<sup>154</sup> NORDSTOKKE, 1983, p. 277.

<sup>155</sup> Artigo 1: *De Deus*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 10.

<sup>156</sup> “Aprovam os adversários o primeiro artigo de nossa Confissão, no qual declaramos crer e ensinar que há uma só essência divina”. Artigo 01: *De Deus*. APOLOGIA DA CONFISSÃO. In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 99.

<sup>157</sup> SEIBERT, 2000, p. 35.

<sup>158</sup> Kurt Froer apresenta os contrapontos doutrinários de cada um destes grupos mencionados contrários a doutrina da trindade. FROER, 1965, p. 11.

<sup>159</sup> “Nunca passou pela cabeça dos ‘luteranos’ ensinar outra coisa, sem ser o que a igreja cristã vinha ensinando desde o começo”. BECK, Nestor Luiz João. **Confissão da esperança**: exposição histórica e doutrinária da Confissão de Augsburgo. Porto Alegre, RS: Concórdia, 1980. p. 21.

nas decisões doutrinárias da igreja antiga (Nicéia em 325 e Constantinopla em 381), fundamentada na Escritura.<sup>160</sup>

### 3.2.2 Santa Ceia

Entre as conquistas irrenunciáveis da Reforma está a Ceia sob duas espécies: pão e vinho para todas as pessoas. Este tema foi debatido e poderia ser tolerado até uma decisão conciliar, mas apenas por levar em consideração os “fracos”:

Melanchthon insistiu que a instituição por Cristo prevê pão e vinho para todos, mas considerou dispensável essa prática. A comunhão sob uma única forma poderia, então, ser tolerada por consideração aos fracos. Quem somente tiver acesso à comunhão sob uma única forma de qualquer modo o fará com validade, sem incorrer em culpa. Portanto a questão da privação do cálice poderia ser protelada até o concílio.<sup>161</sup>

O tema da Ceia era de disputa acirrada, inclusive entre os protestantes<sup>162</sup>, porque para os luteranos deveria ser eliminada a noção de sacrifício na celebração de Ceia.<sup>163</sup> A Ceia é recebida no pão e no vinho, presença real de Cristo, como dádiva auferida pela fé. A pessoa que recebe pão e vinho, no sacramento do altar, recebe “o Cristo verdadeiro e integral [...] que por nós foi sacrificado”.<sup>164</sup>

Na Confissão de Augsburgo esta distinção é afirmada em dois momentos<sup>165</sup>:

*“Da ceia do Senhor se ensina que o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes na ceia sob a espécie do pão e do vinho e são nela distribuídos e recebidos. Por isso também se rejeita a doutrina contrária.”* (Artigo 10: DA SANTA CEIA).

E ainda,

<sup>160</sup> FROER, 1965, p. 11-12.

<sup>161</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 120.

<sup>162</sup> Tema apresentado por Scheible. SCHEIBLE, 2013, p. 125-126.

<sup>163</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 107.

<sup>164</sup> FROER, 1965, p. 44.

<sup>165</sup> Artigos 10 e 22. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 14 e 24.

“Aos leigos são dadas entre nós ambas as espécies do sacramento, porque é clara ordem e mandamento de Cristo Mt 26:72 ‘Bebei dele todos.’ Cristo aí ordena com palavras claras, a respeito do cálice, que todos bebam dele.” (Artigo 22: DAS DUAS ESPÉCIES DO SACRAMENTO).

A compreensão católica de missa é distinta: “O sacerdote na missa apresenta o corpo e sangue de Cristo como sacrifício a Deus, que é válido para vivos e mortos”<sup>166</sup>. Trata-se de missas proferidas pela alma de pessoas já falecidas. Além disso, na missa a comunidade se reúne para receber apenas o sacramento na forma de pão.<sup>167</sup>

Cristo não está presente simbolicamente, como afirmavam os zwinglianos, mas é presença real na Ceia. Melancthon não combate diretamente o conceito da transubstanciação nos artigos mencionados, por isso, a Confutação<sup>168</sup> não os confrontou. Cristo está presente na Ceia e isto não é questionado.<sup>169</sup> Entretanto, a insistência afirmada na Confissão de Augsburgo pela comunhão dos leigos sob pão e vinho é fundamentada na Escritura Sagrada: “A comunhão sob uma espécie era considerada pecaminosa. Cristo havia ordenado beber (Mt 26.27) e a igreja tinha o costume de dar as duas espécies do sacramento aos leigos”.<sup>170</sup> Uma ordem de Cristo<sup>171</sup> não se poderia questionar, e mais uma vez há um claro embasamento bíblico confessional.<sup>172</sup>

### 3.2.3 Casamento dos sacerdotes

O casamento e a constituição da família já eram temas defendidos por Lutero em 1520. Em seu escrito “À nobreza cristã”, afirma que cada sacerdote deveria ter a liberdade para se casar, porque, diante de Deus e da Escritura, o casamento de sacerdotes não seria uma

<sup>166</sup> FROER, 1965, p. 45.

<sup>167</sup> A doutrina católica da transubstanciação, negada pelos protestantes, entende que “pela palavra do sacerdote o pão e o vinho são transformados no corpo e sangue de Jesus” (Corpo de Deus na hóstia consagrada). Deste modo, receber apenas pão, para católicos, é receber “corpo e sangue”. Esta normativa eclesial foi declarada no Concílio de Constança, em 1415. FROER, 1965, p. 45-46 e 71.

<sup>168</sup> *Confutatio*, resposta Católica ao Artigo.

<sup>169</sup> SEIBERT, 2000, p. 54.

<sup>170</sup> SEIBERT, 2000, p. 77.

<sup>171</sup> “Bebei dele todos”, Mateus 26.27.

<sup>172</sup> Aqui me refiro a formulação da Confissão de Augsburgo em si.



ofensa. Esta defesa era uma crítica direta não apenas ao sistema eclesial celibatário, mas a uma espiritualidade que se compreendia mais privilegiada pela escolha da vida monástica.<sup>173</sup>

A vida monástica, o casamento e celibato são abordados nos Artigos 23 e 27 da Confissão de Augsburgo<sup>174</sup>. São artigos que se correlacionam e evidenciam uma tendência da igreja em motivar o celibato como uma forma de alcançar algum mérito diante de Deus.<sup>175</sup> A convicção da justificação pela fé leva a pessoa cristã a fazer “obras verdadeiramente boas” nos seus relacionamentos, inclusive no casamento.<sup>176</sup> Desta forma o celibato e a vida monástica não deveriam ser considerados obras meritórias para leigos ou sacerdotes, pois “o lar é lugar mais santo que o mosteiro”.<sup>177</sup>

Wachholz recorda esta fuga do casamento e busca pela vida monástica como a luta contra o pecado, e como obra meritória na ética medieval:

O ser humano pode até manter pureza de seu corpo pela castidade sexual, mas isso não é garantia de incorruptibilidade da alma. A vida monástica, portanto, não garante libertação do pecado. Todo o ser humano é ‘carne’, portanto o pecado o escraviza em sua totalidade. Desta forma, o ser humano se encontra integralmente diante da ira de Deus.<sup>178</sup>

O “crescimento espiritual” não é um privilégio dos separados do mundo nos desertos e mosteiros fora do alcance dos demais seres humanos, mas na própria casa.<sup>179</sup> Este princípio da separação é da ética monástica medieval<sup>180</sup>, e tem por intenção a “autojustificação” egocentrada e não a “justificação pela fé”<sup>181</sup> em Jesus Cristo. Casar-se, neste contexto, tornou-se, portanto, um ato público de fé na graça de Deus.

<sup>173</sup> LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001. p. 123-124.

<sup>174</sup> Artigo 23: *Do matrimônio dos Sacerdotes*; Artigo 27: *Dos votos monásticos*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 25-28; 37-42.

<sup>175</sup> A vida monástica como uma motivação de “boa obra” também é apresentada na Confissão em contraposição a fé em Cristo. Artigo 20: *Da fé e das boas obras*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 20.

<sup>176</sup> Conforme ao Artigo 16: *Da ordem Política e do governo Civil*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 17.

<sup>177</sup> SEIBERT, 2000, p. 81.

<sup>178</sup> WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e o matrimônio: economia e justiça de Deus. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 59, n. 2, p. 519, 2019. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/3688/pdf](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3688/pdf). Acesso em 31 mar. 2021.

<sup>179</sup> WACHHOLZ, 2019, p. 520.

<sup>180</sup> Ir para o deserto para fugir das tentações do mundo, para na solidão ter pureza sexual. LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008. p. 144.

<sup>181</sup> “[...] não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé [...]” Artigo 4: *Da justificação*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 12.

### 3.3 A CONFISSÃO E A JUSTIFICAÇÃO

A Confissão da fé é princípio de toda pessoa que segue a Jesus Cristo, porque não é possível silenciar após a descoberta da graça libertadora de Deus em Cristo.<sup>182</sup> A Confissão pública pessoal ou coletiva é um elemento fundamental da vida de fé da pessoa cristã, e exerce um papel de vocação comunitária que, constantemente, orientam e direcionam a igreja para o seu fundamento.<sup>183</sup>

A mensagem da justificação pela fé encontra na consciência atribulada a graça de Deus diante de um mundo repleto de desgraças e medo.<sup>184</sup> A justificação é tema central no movimento da Reforma protestante e anúncio público evangélico pela ação de Deus em Jesus Cristo. Aqui a redação da Confissão de Augsburgo tem sua base fundamental, pois está envolta nesta resposta religiosa para a “grande angústia”.

#### 3.3.1 Justificação como tema central

A teologia reformatória tem como tema central o Evangelho da justificação da pessoa pecadora. Melancthon esteve envolvido por esta descoberta e inculcou a doutrina da justificação na compilação e formulação da Confissão de Augsburgo.

O evangelho da justificação do pecador por graça, por causa de Cristo, mediante a fé determina não só a percepção original da Reforma, mas também o nexos do conjunto de sua teologia. Correspondentemente, a doutrina da justificação é tida pela confissão reformatória como [...] tópico principal da doutrina cristã.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> “As pessoas não podem silenciar depois de receberem a livre graça de Deus por causa de Jesus Cristo e serem capacitadas pelo Espírito Santo a crer nessa dádiva transformadora de vida”. GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões luteranas: introdução**. São Leopoldo: Sinodal, Escola Superior de Teologia, 2002. p. 38.

<sup>183</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 39.

<sup>184</sup> DELUMEAU, 1989, p. 61.

<sup>185</sup> WENZ, 2004, p. 49.

O Evangelho revela na pessoa de Jesus Cristo a justificação para a pessoa pecadora, que atormentada pela culpa pode descansar na graça e no amor de Deus.<sup>186</sup> A doutrina da justificação sempre estará relacionada a uma cristologia, como lembra Wenz: “A cristologia deve ser considerada critério e padrão de uma antropologia direcionada para a fé na justificação”<sup>187</sup>.

A Confissão de Augsburgo tem seu fundamento e alvo no acontecimento da justificação visto, por exemplo, nos artigos 2 (*Do pecado original*) e 4 (*Da justificação*) na relação com os artigos 1 (*De Deus*), 3 (*Do filho de Deus*) e 17 (*Da volta de Cristo*). Wenz ressalta, ao abordar a correspondência entre conhecimento de Deus e o autoconhecimento humano, cristologia e antropologia, que:

[...] o fundamento colocado pelo estar de Deus em Cristo não repousa em si mesmo, mas inaugura um processo pneumatológico-soteriológico da história da salvação, em cujo transcurso a humanidade e o mundo devem ser redimidos do encantamento e da perversão do pecado e do mal e ser convertidos.<sup>188</sup>

O ser humano é naturalmente pecador, desde o ventre materno está nesta condição, e não pode por natureza alcançar verdadeiro temor e fé em Deus.<sup>189</sup> Alcança perdão e justiça diante de Deus por causa de Cristo, não por obra ou mérito pessoal.<sup>190</sup> A consciência de si mesmo, enquanto pecador coloca o ser humano no transcurso da graça de Deus.

O Criador de todas as coisas<sup>191</sup> se torna verdadeiramente humano e verdadeiramente Deus em Cristo, para ser entregue “a fim de ser oblação não só pelo pecado hereditário, mas ainda por todos os outros pecados, e para aplacar a ira de Deus”<sup>192</sup>. O Deus humano que em Cristo alcança a pessoa pecadora nasceu, padeceu, foi crucificado e sepultado. Ressuscitou no terceiro dia e subiu ao céu de onde voltará para julgar e ressuscitar os mortos para o castigo ou a alegria eternos.<sup>193</sup>

<sup>186</sup> A consciência atormentada e pesada buscava pela salvação pessoal diante do medo a culpa e da morte. DELUMEAU, 1989, p. 60.

<sup>187</sup> WENZ, 2004, p. 49.

<sup>188</sup> WENZ, 2004, p. 50.

<sup>189</sup> Artigo 2: *Do pecado original*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 11.

<sup>190</sup> Artigo 4: *Da justificação*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 12.

<sup>191</sup> Artigo 1: *De Deus*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 10.

<sup>192</sup> Artigo 3: *Do Filho de Deus*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 11.

<sup>193</sup> Artigo 17: *Da volta de Cristo*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 18.

A narrativa da Confissão de Augsburgo nos invade pela história da salvação testemunhada na Escritura. A consciência cativa na Palavra<sup>194</sup> é confrontada com a sua condição de pecado e embebecida pela graça transbordante do testemunho do Evangelho oriundo da mesma Escritura. Deste modo, enquanto pessoas pecadoras alcançadas pelo amor de Cristo, somos “instrutores de consciências”<sup>195</sup> no testemunho da fé evangélica. O Evangelho é anunciado em contraste com a lei, confrontando nossos sistemas morais de satisfação da vontade divina e de processos de aperfeiçoamento pessoal.<sup>196</sup> A Reforma de Lutero nos rememora a “mensagem de aceitação do pecador crente exclusivamente pela fé, graças a Cristo”.<sup>197</sup>

A doutrina da justificação, segundo a qual a pessoa pecadora é justificada por Deus, por causa de Cristo, pela graça e pela fé, é central na Reforma luterana e recebe lugar de destaque na Confissão luterana.<sup>198</sup> Em seu comentário da Epístola de Gálatas, de 1535, Lutero defende a doutrina da fé (*doctrina fidei*), segundo a qual nenhuma obra humana é necessária para a salvação da alma. Segundo ele, pessoas não cristãs também podem ser executoras de boas obras.<sup>199</sup> Por isso, a doutrina da fé ou justiça divina é incutida, ensinada e repetida para a igreja. Ela consiste no repouso da consciência em Cristo e na sua obra.

Uma consciência atribulada e aflita não encontra paz na lei, mas em Jesus Cristo. Diante do desespero e da morte eterna tal consciência não encontra remédio olhando para si, mas no abraço daquele que é justiça da graça: Jesus Cristo.<sup>200</sup> A justiça cristã é justiça passiva, concedida:

[...] haveis de tomar-vos instrutores das consciências, bem como a cada um, separadamente, para que vos exerciteis pelo estudo, pela leitura, pela meditação e pela oração, a fim de que, na tentação, possais educar e consolar as consciências, tanto as vossas como as de outros, e reconduzi-las da lei para a graça, da justiça ativa para a justiça passiva, em suma, de Moisés a Cristo.<sup>201</sup>

<sup>194</sup> Lutero diante da Assembleia Imperial de Worms em 1521 afirma: “a minha convicção vem das Escrituras a que me reporto, e minha consciência está presa à Palavra de Deus – nada consigo nem quero retratar, porque é difícil, maléfico e perigoso agir contra a consciência”. LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo**: Obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre, RS: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 149.

<sup>195</sup> Conceito usado por Lutero ao abordar a doutrina da fé e o papel da igreja no Prefácio ao “Comentário de Gálatas”. LUTERO, Martinho. Comentário da Epístola aos Gálatas (1535). In: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 10, p. 34.

<sup>196</sup> BRAATEN, Carlos E.; JENSON, Robert W. **Dogmática Cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 2, p. 412-413.

<sup>197</sup> SCHEIBLE, 2013, p. 146.

<sup>198</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 75.

<sup>199</sup> LUTERO, 2008, p. 34.

<sup>200</sup> LUTERO, 2008, p. 31.

<sup>201</sup> LUTERO, 2008, p. 34-35.

A libertação da consciência do jugo da lei para o Evangelho da graça permite que a pessoa cristã não se preocupe com o céu, mas “desça como chuva para fecundar a terra”.<sup>202</sup> Como pai e mãe de família, professor e professora ou servo e serva se sujeita “por amor” a alegre vocação de servir ao outro: “Fazendo boas obras onde houver oportunidade”.<sup>203</sup>

Ser uma pessoa justificada é estar livre de uma ação focada em si mesmo, por seus esforços, seus próprios méritos ou fracassos, sua consciência culpada e atormentada, e ser uma pessoa reorientada para Deus.<sup>204</sup> Entretanto, há implicações de uma fé ativa no amor, pois “um cristão é senhor livre sobre todas as coisas e não está sujeito a ninguém. Um cristão é servidor prestativo em todas as coisas e está sujeito a todos.”<sup>205</sup> A reorientação da pessoa justificada pela fé é igualmente na direção do amor para com os demais, pois é a fé que produz frutos,<sup>206</sup> boas obras.<sup>207</sup>

### 3.3.2 A fé em Cristo

A Confissão de Augsburgo, no seu Artigo 4, apresenta a definição clara da doutrina da mensagem da justificação da Reforma protestante: “Por causa de Cristo, mediante a fé”. A novidade de vida da pessoa crente está em Cristo, “novidade essa dada na fé na justificação, para ser vivida em dócil obediência no mundo.”<sup>208</sup> Este tópico teológico não é compreendido como um artigo doutrinário avulso ou isolado, mas como centro diante de todos os demais.<sup>209</sup>

---

<sup>202</sup> LUTERO, 2008, p. 35.

<sup>203</sup> LUTERO, 2008, p. 35.

<sup>204</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 84.

<sup>205</sup> LUTERO, Martim. **Da liberdade cristã**. 3. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 7.

<sup>206</sup> A terra precisa do céu para fecundar e frutificar, assim a pessoas pecadora precisa da ação de Deus em Cristo para produzir “frutos”. O pecador recebe, acolhe, nada faz, apenas crê: “Quando tenho esta justiça em mim, desço do céu como a chuva que fecunda a terra, isto é, avanço para dentro de um outro reino e faço boas obras onde houver oportunidade”. LUTERO, 2008, p. 35.

<sup>207</sup> “[...] se deve praticar toda sorte de boas obras por ele [Deus] ordenadas, não se devendo, porém, confiar nessas obras, como se por elas se merecesse graça diante de Deus”. Artigo 6: *Da nova obediência*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 13.

<sup>208</sup> WENZ, 2004, p. 50.

<sup>209</sup> “Cada tópico doutrinário avulso [...] só deve ser entendido a partir do centro dos escritos confessionais, a saber, a partir do artigo acerca da justificação” SCHLINK, 1940 *apud* WENZ, 2004, p. 50.

A justificação é para os reformadores um ato apenas divino, não um caminho humano de melhoramento.<sup>210</sup> A fé em Cristo é suficiente porque sua obra é a única satisfatória.<sup>211</sup> Lutero enfatiza isso em 1518 no Debate de Heidelberg ao afirmar: “Justo não é quem pratica muitas obras, mas quem, sem obra, muito crê”.<sup>212</sup>

O novo começo, a morte e a novidade de vida atuante pela obra de Cristo, nos impulsionam à imitação e contemplação do Senhor.<sup>213</sup> Trata-se de um culto prático e real para o mundo<sup>214</sup>, pois Cristo que habita em nós pela fé, “nos move às obras por aquela fé viva em suas obras”<sup>215</sup>. Porque sem a fé e sem Cristo não existe a possibilidade humana de encontro com Deus:

Pois que sem a fé e sem Cristo a natureza e capacidade humanas são por demais frágeis para praticar boas obras, invocar a Deus, ter paciência no sofrimento, amar o próximo, exercer com diligência ofícios ordenados, ser obediente, evitar maus desejos, etc. Tais obras elevadas e autênticas não podem ser feitas sem o auxílio de Cristo, conforme ele mesmo diz em Jo 15: “Sem mim nada podeis fazer”.<sup>216</sup>

A Confissão de Augsburgo é uma declaração de fé dos protestantes em Jesus Cristo. Dreher lembra, por ocasião do jubileu de 450 anos de redação da Confissão, que este documento recebe o título de “confissão” por testemunhar a fé: a Confissão de Augsburgo “é uma pública confissão a respeito de quem é Jesus Cristo”.<sup>217</sup>

<sup>210</sup> “[...] a justificação acontecia pela fé na ação de Deus em Cristo. Justificação é unicamente o fazer de Deus”. BRAATEN; JENSON, 1995. v. 2, p. 407.

<sup>211</sup> A doutrina da fé em Cristo é mencionada no Artigo 20 da Confissão de Augsburgo como o principal artigo do cristianismo. Esta doutrina é recordada como principal e verdadeira, em contraposição às boas ações humanas como necessárias para a salvação. Artigo 20: *Da fé e das boas obras*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 19-22.

<sup>212</sup> LUTERO, Martinho. O debate de Heidelberg (1518). In: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 1, p. 52.

<sup>213</sup> *Latreia*, Culto/adoração devido a Deus: “fé é a *latreia* que recebe os benefícios oferecidos por Deus [...] Pela fé Deus quer ser cultuado de maneira tal que, dele, recebemos o que promete e oferece”. Artigo 4: *Da justificação*. APOLOGIA DA CONFISSÃO. In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 117.

<sup>214</sup> A fé impulsiona “é mestre de obras e capitão em todas as obras, ou então elas nada serão”. LUTERO, Martinho. *Das Boas Obras* (1520). In: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 2, p. 110.

<sup>215</sup> LUTERO, 2008, p. 53.

<sup>216</sup> Artigo 20: *Da fé e das boas obras*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 22.

<sup>217</sup> Em palestra proferida no 1º Concílio Regional da Região Eclesiástica V da IECLB, em Toledo PR (20 de outubro de 1979). DREHER, Martin N. A Confissão de Augsburgo: a fé, a vida e a missão da IECLB. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 20/1, p. 52, 1980. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1345/1295](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1345/1295). Acesso em 15 abr. 2020.

### 3.4 SÍNTESE: REAFIRMAÇÃO DA FÉ

Filipe Melanchthon compilou a pedido do príncipe eleitor João da Saxônia o escrito da Confissão luterana apresentada para a Dieta Imperial de Augsburgo, convocada pelo imperador Carlos V. Este documento foi lido pelos luteranos e refutado, dois meses depois pelos católicos. E por se tratar de uma confissão de fé não foi inicialmente redigido para ser um documento normativo doutrinário canônico, ou seja, o próprio Melanchthon revisou seu texto algumas vezes.

A primeira versão da Confissão de Augsburgo (*invariata*), apresentada em 1530, foi uma junção de dois inscitos: Artigos de Schwabach (de 1529) e Artigos de Torgau (de 1530). No primeiro bloco de artigos (artigos 1 até 21) há uma clara reafirmação reformatória da fé em Jesus Cristo, uma reafirmação da centralidade do Evangelho da graça. Para isso são recordados temas em concordância com as confissões da igreja antiga e a compreensão reformatória do Evangelho.

Os artigos de Torgau (artigos 22 até 28) expressam à luz da Escritura a ousadia luterana em denunciar os abusos da igreja de seu tempo. Não como uma tentativa de impor uma nova doutrina, mas em questionar práticas contrárias a justificação pela graça e fé, testemunhada na Escritura.

A Reforma é impulsionada pela relação de Lutero com a Escritura, de alguém amedrontado pela culpa e pecado que encontra a justiça passiva de Deus. De uma consciência atormentada que encontra repouso em Cristo e em sua obra. De igual modo, a Confissão de Augsburgo é um conteúdo resposta de confirmação desta relação: tormento e repouso; lei e evangelho; condenação e salvação; obra humana e obra de Deus.

A justificação pela fé em Cristo, enquanto tema central da Reforma protestante é igualmente central na Confissão de Augsburgo. Não há possibilidade humana de melhoramento, mérito e salvação diante da culpa. Somente Cristo e sua obra são satisfatórios para o perdão dos pecados. Este conteúdo permeia a confissão da fé luterana, esta é sua resposta diante do contexto de angústia coletiva pelo medo da morte. Este é seu conteúdo-resposta diante da epidemia de peste negra e dos abusos da igreja de seu tempo.





## **4 CONFISSÃO DE AUGSBURGO - ASPECTOS CRISTOCÊNTRICOS**

A profissão pública da fé em Jesus Cristo denota a manifestação corajosa de um conteúdo claro que brota de corações e consciências alcançadas pelo Evangelho da graça. Na Confissão de Augsburgo este conteúdo é resposta luterana dada às autoridades estabelecidas na igreja e no império, sobre a autoridade da Escritura Sagrada.

Neste último capítulo abordaremos o tema da autoridade da Escritura e do testemunho de Cristo, como centro do conteúdo confessional da Confissão luterana. Veremos algumas referências diretas a Jesus Cristo no texto da Confissão de Augsburgo e o seu significado teológico.

A CA é uma resposta de fé que é assumida como confissão de outras pessoas, que não seus redatores, que querem professar do mesmo Cristo. Entretanto, a mera repetição de antigas afirmações comprometem do espírito confessante do documento e o desloca apenas para ações “festivas” de memória vinculativa histórica.

### **4.1 A QUESTÃO DA AUTORIDADE**

A pesquisa sobre a Confissão de Augsburgo até aqui nos leva à pergunta pela autoridade: a quem a humanidade buscará diante das suas angústias coletivas? O imperador Carlos V assume seu papel político diante da divisão religiosa provocada pela Reforma protestante e da necessidade de ter um reino unido contra ameaças inimigas. O papa e a cúria romana adquirem postura de defesa da catolicidade da igreja e da tradição por ela sustentada.

Tradição na Confissão de Augsburgo não se refere a um patrimônio de fé contido no Evangelho de Cristo ou a um tópico teológico comunicado em diferentes momentos históricos pela igreja. O conceito tradição (*Traditiones*) está “essencialmente caracterizado pela

contraposição de mandamento e promessa divinos, por um lado, e preceitos humanos, por outro”.<sup>218</sup>

Tudo o que coloca a pessoa contra as promessas e os mandamentos de Deus é caracterizado como “tradição humana”: alternativas de busca pelo perdão e auxílio de Deus mediante jejuns; vestimentas; oração com rosário; compra de indulgências, peregrinações ou santos ajudadores.<sup>219</sup> Wenz afirma que *Traditiones* são costumes “meramente ordenados pela autoridade eclesiástica e não ordenados pela palavra da Sagrada Escritura”<sup>220</sup>.

A Confissão de fé professada em Augsburgo não é nova ou desconhecida, porque ela afirma a fé com base nos Credos da igreja antiga:

A Confissão não pretendia apresentar uma nova teologia, mas num primeiro momento reafirmar a justificação pela fé em Cristo postulada por Lutero. Esta cristologia é situada na afirmação duas naturezas de Cristo com base nos Credos da igreja Antiga (símbolos ecumênicos).<sup>221</sup>

Observa-se que a Confissão de Augsburgo se fundamenta biblicamente e proclama a confiança no Cristo testemunhado pela Palavra.<sup>222</sup> Os luteranos confirmam em Augsburgo o que Lutero anteriormente declarou em Worms. Que permaneciam “cativos à Escritura Sagrada”. Em outros termos podemos afirmar de que diante de qualquer angústia humana, os luteranos recorrerão primordialmente à Escritura Sagrada.

<sup>218</sup> WENZ, Gunther. O Evangelho e a Bíblia no contexto da tradição confessional de Wittenberg. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 10.

<sup>219</sup> A CA declara que se deve “buscar e invocar a Jesus Cristo” e nele encontrar verdadeiro auxiliador e único Salvador. Cf. Artigo 21: *Do culto aos santos*. **A CONFISSÃO DE AUGSBURGO**: Edição comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Curitiba, PR: Encontro Publicações, 2005. p. 23.

<sup>220</sup> WENZ, 2004, p. 10.

<sup>221</sup> WESTPHAL, Euler Renato. O significado da fórmula 'por causa de Cristo': uma abordagem sobre a experiência da justificação a partir da confissão de Augsburgo-IV. **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, p. 50-63, 2003. Disponível em: [http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4301\\_2003/et2003-1westphal.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4301_2003/et2003-1westphal.pdf). Acesso em 2 fev. 2021.

<sup>222</sup> Uma contraposição ao perigo que a igreja sempre correu de supervalorizar as experiências humanas (de obras meritórias), ofuscando o lugar de Cristo e diminuindo sua obra salvífica da cruz (graça de Deus). Quando o centro da fé cristã é confundido, não se “distingue suficiente e devidamente entre *norma normans* e *norma normata*”. WESTPHAL, 2003, p. 51.

#### 4.1.2. Nem imperador, nem papa

A Confissão de Augsburgo enquanto documento da expressão da fé luterana se fundamenta na Escritura Sagrada.<sup>223</sup> Assim reafirma a autoridade da Escritura diante de outras autoridades estabelecidas pela igreja e pelo império. O encontro da pessoa leitora com a Palavra de Deus é uma relação da pessoa pecadora com o Cristo testemunhado na Escritura. A autoridade desta Escritura é resultado do encontro: quando a pessoa se percebe lida pela Palavra de Deus e alcançada pela mensagem evangélica da justificação.

A Escritura não dá testemunho do papa ou do imperador, mas de Cristo do seu Evangelho,

[...] para Lutero, a especial dignidade da Escritura reside no fato de ela ser testemunha suficiente do Evangelho de Jesus Cristo, não carecendo de acréscimo ou especial auxílio interpretativo. Jesus Cristo é a Palavra de Deus, por excelência, e a Escritura Sagrada é a Palavra de Deus de modo derivado, porque e na medida em que anuncia Jesus Cristo. Na Escritura, Lutero encontra Jesus Cristo. Inversamente, a partir de Jesus Cristo, Lutero lê e interpreta a Bíblia.<sup>224</sup>

A Confissão de Augsburgo representa uma “ação” (*Akt*) e um “conteúdo” (*Inhalt*)<sup>225</sup>, uma ação-resposta pela convocação da Assembleia Imperial, mas também uma Confissão da fé bíblicamente fundamentada, que não dá outro testemunho a não ser de Cristo, seu conteúdo.

A confissão cristã é basicamente a afirmação da confiança no Cristo. A Confissão de Augsburgo se liga aos símbolos da igreja antiga, porque a Reforma protestante aconteceu na afirmação e recepção da tradição da igreja e seus credos.<sup>226</sup>

<sup>223</sup> A pessoa cristã confessa porque conhece (ou deveria conhecer) a Escritura. Ela é seu lugar de partida. “Engana-se quem quer que busque a forma do cristianismo a partir de outro lugar do que da Escritura”. MELANCHTHON, Philipp. **Loci Theologici**: tópicos teológicos, de 1521: edição crítica bilíngue, latim e português. São Leopoldo, RS: Sinodal, Faculdades EST, 2018. p. 33.

<sup>224</sup> DIETZ, Martin T. Sola Scriptura entre tradição e modernidade. **Teocomunicação**, Porto Alegre, Vol./No. 49/1, p. 4, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/32087>. Acesso em 15 set. 2021.

<sup>225</sup> MEYER, Harding; SCHUETTE, Heinz. **Confessio Augustana Bekenntnis des einen Glaubens: Gemeinsame Untersuchung Lutherischer und Katholischer Theologen**. Paderborn: Verlag Bonifacius-Druckerei, 1980. p. 37.

<sup>226</sup> A teologia de Melanchthon é reconhecida pelo seu tradicionalismo formal. Ele “colocou a teologia patrística e os símbolos da Igreja Antiga ao lado da Escritura Sagrada. São complementares a ela e auxiliam em sua interpretação. Por outro lado, e neste sentido seu pensamento é genuinamente luterano, a teologia patrística e os símbolos são determinados e delimitados pela autoridade da Escritura. [...] O que vale é simplificar as coisas e não inventar coisas novas.”. RIETH, Ricardo Willy. O pensamento teológico de Filipe Melanchthon

## A Reforma,

não ocorreu, de maneira alguma, meramente por razões jurídicas formais ou por razões táticas de diálogo com os chamados adeptos da crença antiga, e sim a partir de uma convicção interior do caráter vinculativo das confissões da igreja antiga para a fé, sendo que a Confissão de Augsburg se entende como forma interpretativa dessas confissões.<sup>227</sup>

Já nos primeiros artigos da CA, percebemos este caráter vinculativo com a tradição confessional eclesiástica<sup>228</sup>, pois há a clara intenção de se documentar no escrito a perceptível continuidade com a igreja antiga. Não há outra compreensão de Deus e de Cristo, mas a reafirmação dos símbolos da igreja<sup>229</sup>, que tem a Escritura Sagrada como base e critério da fé professada. São estas “as confissões de fé pelas quais a realidade de Cristo testemunhada na Sagrada Escritura é confessada como Evangelho de maneira tão exemplar pela igreja concreta que a partir delas se deve reconhecer historicamente de modo eminente a verdadeira igreja”.<sup>230</sup>

A tradição luterana permanece ligada aos credos da igreja antiga, mas sua primazia está nas Escrituras, a qual se sujeita como norma,

A Reforma Protestante levantou a bandeira do ‘sola Scriptura’ [...] a relação entre Bíblia e escritos confessionais, relação que foi fixada, por exemplo, na forma de conceitos como *norma normans* (‘norma normatizante’) e *norma normata* (‘norma normatizada’). Ainda que os escritos confessionais tenham, teoricamente, o seu status de norma condicionado à sua concordância com a norma absoluta que é a Escritura Sagrada, fato é que, não raro, foram tratados como chave hermenêutica da Bíblia, subordinando, na prática, a Escritura aos textos confessionais.<sup>231</sup>

As confissões não têm papel normativo, antes representam testemunho das Escrituras, pois nela se encontra a totalidade do testemunho de fé evangélica, como lemos na Fórmula de Concórdia (1577): “somente a palavra de Deus deve ser e continuar sendo a única

(1497-1560). **Estudos Teológicos**, Vol./No. 37/3, p. 226, 1997. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/798/729](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/798/729). Acesso em: 1. nov. 2021.

<sup>227</sup> WENZ, 2004, p. 11.

<sup>228</sup> Artigos 1 e 3 principalmente. Como lembra Beck: “Os confessores de Augsburg estavam repletos da fé confessada nos credos da igreja primitiva. [...] Não sabiam e não queriam falar de Deus e Jesus Cristo a não ser nas palavras dos credos niceno e apostólico”. BECK, Nestor Luiz João. **Confissão da esperança: exposição histórica e doutrinária da Confissão de Augsburg**. Porto Alegre, RS: Concórdia, 1980. p. 21.

<sup>229</sup> Também denominados “símbolos ecumênicos”. WENZ, 2004, p. 11-12. Mencionados na Fórmula de Concórdia, “*Symbola*” da igreja primitiva, são confissões de fé “breves e categóricas... a saber, o Símbolo Apostólico, O Símbolo Niceno e o Símbolo Atanasiano”. **LIVRO DE CONCÓRDIA: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana**. 6. ed., revisada e atualizada. Porto Alegre, RS: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal; Canoas, RS: Ulbra, 2006. p. 499.

<sup>230</sup> WENZ, 2004, p. 12.

<sup>231</sup> DIETZ, 2019, p. 7.

norma e regra de toda a doutrina, e [...] os escritos de nenhum ser humano devem ser considerados iguais a ela, porém tudo lhe deve ser sujeitado”.<sup>232</sup>

Não há receio para os reformadores em recorrerem às confissões da igreja antiga ou a teólogos como Agostinho, Ambrósio ou Cipriano.<sup>233</sup> A tradição que dá testemunho de Cristo é reconhecida e valorizada. Como afirma Dietz, Lutero recorre a eles porque “ele julga serem testemunhas fieis do Evangelho de Jesus Cristo testificado na Bíblia, a Sagrada Escritura”.<sup>234</sup>

## 4.2 JESUS NA CONFISSÃO DE AUGSBURGO

A Confissão de Augsburg não foi redigida para ser assumida como documento normativo doutrinário. Mesmo que a ortodoxia luterana tenha dado mais tarde esse caráter jurídico-doutrinário, ou que ela tenha sido ponto de partida para a Paz de Augsburg de 1555<sup>235</sup>, sua formulação é referência no testemunho público da fé em Cristo.<sup>236</sup>

Na Confissão de Augsburg temos diante de nós uma explicação do Evangelho de Cristo em termos teológicos, uma explicação fundamental para todos os luteranos, e com isso um testemunho importante, talvez decisivo, a respeito daquele, em quem nos devemos orientar em nossas reflexões e práticas teológicas.<sup>237</sup>

Jesus Cristo é anúncio fundamental na Confissão de Augsburg. Encontraremos referências diretas a Cristo em pelo menos 18 Artigos da CA.<sup>238</sup> Vamos verificar o conteúdo da Confissão na perspectiva do testemunho da fé cristã. Veremos alguns artigos atentamente

<sup>232</sup> Fórmula de Concórdia. LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006. p. 543.

<sup>233</sup> Os reformadores não queriam fundar uma nova igreja, antes de reconheciam em continuidade com a igreja antiga. MEYER; SCHUETTE, 1980, p. 28-29.

<sup>234</sup> DIETZ, 2019, p. 3.

<sup>235</sup> “Diplomatas e juristas enviados pelos príncipes negociaram a paz de Augsburg. Ficou acertado que príncipes ou bispos católicos e signatários da Confissão de Augsburg passariam a respeitar-se mutuamente, sem recorrer à força armada para impor soluções religiosas”. BECK, 1980, p. 11.

<sup>236</sup> LOHFF distingue a CA entre seu caráter formal (jurídico) e material (teológico), norma luterana e testemunho evangélico. LOHFF, Wenzel. Die Bedeutung der Augsburgischen Konfession für Lutherische Kirche und ihr Verhältnis zur römisch-katholischen Kirche. In: MEYER; SCHUETTE, 1980, p. 13-15.

<sup>237</sup> FISCHER, Joachim. A Confissão de Augsburg - Hoje. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 19/1, p. 10, 1979. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1358/1308](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1358/1308). Acesso em 26 set. 2019.

<sup>238</sup> Ao lermos a Confissão de Augsburg encontraremos pelo menos 89 referências diretas a “Jesus Cristo”, 74 referências a “fé”, 50 a “graça”, 17 ao “papa” ou ainda 4 a “justificação”.

na perspectiva do Cristo testemunhado pelas Escrituras e confessado pelos luteranos em Augsburgo.

#### 4.2.1 “Militamos sob um mesmo Cristo”

Walther nos lembra de que a Confissão “era o registro da fé que vivia nos corações dos que haviam sido despertados por meio da poderosa voz do Evangelho puro”.<sup>239</sup> A experiência concreta da fé em Jesus Cristo, do encontro dos corações com o Evangelho testemunhado nas Escrituras é força propulsora do testemunho da fé. Logo no prefácio da Confissão de Augsburgo, lemos duas vezes “militamos sob o mesmo Cristo”<sup>240</sup>, ou seja, não se trata da profissão de fé de outro Senhor, porque Ele permanece o mesmo.<sup>241</sup>

Fischer relaciona a Confissão de Augsburgo à figura da “carteira de identidade”, um documento de identificação pessoal em que podemos comprovar quem somos e a que lugar nós pertencemos. Ao ser proclamado logo de início que “todos militamos sob o mesmo Cristo” estamos afirmando qual autoridade subscreveu esta identidade: o nosso Salvador.

Ele iniciou a Igreja em que ele é confessado como Senhor e Salvador... Dele fala a mensagem dos discípulos e apóstolos, o Evangelho. Os primeiros cristãos identificaram-se entre si e diante dos outros com a confissão simples e breve: “Senhor é Jesus” [...] A Confissão de Augsburgo diz, portanto, em primeiro lugar: **Nós luteranos pertencemos a Cristo; somos seus discípulos; ele é nosso Senhor; nós lutamos sob seu comando.** [grifo do autor]<sup>242</sup>

Pertencer a Cristo e declarar isso de forma pública é ser abrangido pela graça de Deus. A identidade da pessoa alcançada pela mensagem do Evangelho está na mensagem da justificação pela fé,

<sup>239</sup> WALTHER, C. F. W. Confissões Luteranas: o que significam hoje?. **Vox Concordiana**, Vol./No. 13/2, p. 14, 1998.

<sup>240</sup> Prefácio da Confissão de Augsburgo. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005, p. 6-7.

<sup>241</sup> A teologia católica faz distinção entre “*confessio*” e “*professio*”. *Confessio* se refere apenas aos símbolos da igreja antiga, não a declaração/resposta da fé. Neste caso a *Confessio Augustana* remete a profissão da fé, *Professio fidei*. MEYER; SCHUETTE, 1980, p. 29-30.

<sup>242</sup> FISCHER, Joachim. Todos lutamos sob o mesmo Cristo: a Confissão de Augsburgo como nossa carteira de identidade. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 21/1, p. 59-67, 1981. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1329/1280](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1329/1280). Acesso em 29 mar. 2020.

para essas pessoas a confissão de fé é ‘uma realidade do coração’, que permite descobrir as verdadeiras prioridades da vida. Onde a Confissão de Augsburg se torna tal ‘realidade dos corações’, que tem seu centro e seu ponto de referência em Cristo, descobre-se também sua verdadeira atualidade.<sup>243</sup>

Professar a fé é uma ação fundamental da igreja e da pessoa cristã em todos os tempos, porque a fé cristã tem um conteúdo claro que é mais do que recitação<sup>244</sup> de antigas formulações, mas antes confissão do coração. Isso não diz respeito à eloquência humana na propagação de um conteúdo, uma vez que a confissão se dá por intermédio da palavra externa que oriunda da revelação de Deus em Jesus Cristo, que cria por intermédio do Espírito Santo o testemunho da fé.<sup>245</sup>

#### 4.2.2 A pessoa de Jesus

Os primeiros artigos da Confissão de Augsburg nos falam sobre a pessoa de Jesus. O conhecimento de Deus se dá por meio da sua revelação nas Escrituras, desta maneira, os luteranos afirmam sua fé na trindade:

[...] há uma só essência divina, que é chamada Deus e verdadeiramente é Deus. E todavia há três pessoas nesta única essência divina, igualmente poderosas, igualmente eternas, Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todas três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade, um só criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis.<sup>246</sup>

A pergunta por quem é Jesus Cristo é inicialmente respondida na compreensão da essência divina trinitária. Um único em três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo, como já afirmado nos credos da igreja antiga.<sup>247</sup> Froer menciona que o Deus triúno é “um *ente* e três pessoas”, ou seja, uma só essência (*unitas essentiae*). Além da afirmação da fé em “um ente”

<sup>243</sup> FISCHER, 1979, p. 10.

<sup>244</sup> Um papagaio sempre tem algo a recitar, repetindo o que anteriormente ouviu, mas não tem nada a dizer. WENZ, Gunther. Evangelho e escritos confessionais: a hermenêutica das confissões do luteranismo. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 59-60.

<sup>245</sup> WENZ, 2004, p. 62-63

<sup>246</sup> Artigo 1: *De Deus*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p.10.

<sup>247</sup> GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões luteranas**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, Escola Superior de Teologia, 2002. p. 67.

declara-se a fé num Deus pessoa, um “*tu*”, com o qual a humanidade “se defronta, que lhe responde e que a ama”.<sup>248</sup>

A doutrina da trindade está na Confissão de Augsburgo logo no seu início, por se tratar de um ensino básico de toda a declaração das confissões luterana.<sup>249</sup> Lutero já falara sobre a doutrina trinitária na sua Confissão<sup>250</sup> de 1528 assim como, mais tarde, nos artigos de Esmalcalde<sup>251</sup> de 1537. Lutero professa e esclarece a dinâmica da trindade numa confissão de fé. Lutero afirma “creio no Pai, no Filho e no Espírito Santo”:

Às três pessoas são um só Deus que a todos nós se entregou totalmente, com tudo que ele é e tem. **O Pai** [grifo nosso] se nos dá com céus e terra e todas as criaturas, para que nos sirvam e nos sejam proveitosas. Essa doação, no entanto, foi obscurecida e inutilizada pela queda de Adão. Por isso depois também **o Filho** [grifo nosso] se nos deu, presenteou-nos todas as suas obras, seu sofrimento, sua sabedoria e justiça, reconciliando-nos com o Pai, para que nós, novamente vivos e justos, reconhecêssemos e tivéssemos o Pai com suas dádivas. Como, porém, essa graça não seria de proveito para ninguém se ficasse oculta e não pudesse vir até nós, vem **o Espírito Santo** [grifo nosso] e também se nos dá completamente. Ele nos ensina a reconhecer a misericórdia de Cristo para conosco, ajuda-nos a receber e conservá-la, a utilizar e compartilhá-la proveitosamente, a desenvolver e promovê-la. Ele o faz de duas maneiras, interior e exteriormente: interiormente, pela fé e outros dons espirituais.<sup>252</sup>

A fé em Deus é a fé em Cristo. Não podemos evidenciar Deus, mas podemos, em Jesus Cristo, referi-lo.<sup>253</sup> Neste caso, a profissão de fé em Cristo é a Confissão de fé em Deus.

Jesus de Nazaré viveu entre pessoas como pessoa. Sentava entre os judeus do seu tempo, tinha sede e fome, dor, tristeza ou alegria como qualquer ser humano, porque Jesus é verdadeiramente humano.<sup>254</sup> De igual forma Jesus é diferente de nós, “Deus para nós”, que nos busca em nossa angústia e nos encontra diante de nossas suposições, desejos e saudades. Jesus é o verdadeiro Deus que podemos encontrar e professar.<sup>255</sup>

<sup>248</sup> FROER, Kurt. **A Confissão de Augsburgo**: comentada para a doutrina nos estabelecimentos de ensino secundário. São Leopoldo: Sinodal, 1965. p. 13.

<sup>249</sup> MEYER; SCHUETTE, 1980, p. 52.

<sup>250</sup> “*Vom Abendmahl Christi, Bekenntnis*”, 1528. Publicada em português em: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, p. 217-375.

<sup>251</sup> “Sublimes artigos da majestade divina, a saber: que o Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas em uma só essência e natureza divina, são um púnico Deus [...]”. LUTERO, Martinho. Os Artigos de Esmalcalde (1537). In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 311.

<sup>252</sup> Lutero, Martinho. Da Ceia de Cristo – Confissão (1528). In: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, p. 371.

<sup>253</sup> Wölber faz a relação entre “*nicht beweisen*” e “*auf ihn verweisen*”. WÖLBER, Hans-Otto. Es ist ein Gott! In: MOHAUPT, Lutz. **Wir Glauben und Bekennen** - Zugänge zum Augsburger Bekenntnis. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980. p. 76.

<sup>254</sup> MOHAUPT, 1980, p. 92.

<sup>255</sup> MOHAUPT, 1980, p. 92-94



A Confissão de Augsburgo no Artigo 3 reafirma a natureza de Jesus Cristo, assim como diziam os credos da igreja antiga<sup>256</sup>:

Ensina-se [...] que Deus Filho se fez homem, nascido da pura Virgem Maria, e que as duas naturezas, a divina e a humana, inseparavelmente unidas em uma única pessoa, são um só Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que verdadeiramente nasceu, sofreu, foi crucificado, morreu e foi sepultado [...]<sup>257</sup>

O Cristo totalmente Deus e totalmente humano é, segundo Lutero, “humanidade integral e completa” que nasceu como filho natural de Maria em todas as formas e aspectos, porém sem pecado (1Pe 2.22). Este Cristo humano é constituído como pessoa de Deus, verdadeiramente Deus e homem eternamente indivisível, como confessa o reformador: “[...] isso é, o Senhor meu e de todo mundo, Jesus Cristo, Filho único, genuíno e natural de Deus e de Maria, verdadeiro Deus e homem”.<sup>258</sup>

#### 4.2.3 “Pelos méritos de Cristo”

A Reforma protestante apresenta a salvação somente pela fé na obra de Jesus Cristo como sua principal declaração. Diante do pecado humano e conseqüentemente da sua condenação eterna, a pessoa não pode fazer nada para conquistar o perdão de Deus e a sua salvação. O “verdadeiro Deus e homem” resgatou<sup>259</sup> por sua obra, por seu mérito, a pessoa perdida e condenada: “meu Senhor, que me remiu a mim, homem perdido e condenado”.<sup>260</sup>

Na Confissão de Augsburgo esta ação de Deus em favor da humanidade aparece de forma evidente, no Artigo 4, da Justificação:

<sup>256</sup> A doutrina das duas naturezas inseparavelmente unidas na unidade da pessoa é formulada na confissão do Concílio de Calcedônia (451).

<sup>257</sup> Artigo 3: *Do Filho de Deus*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 11.

<sup>258</sup> Confissão sobre a Santa Ceia de Cristo (terceira parte). In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: Obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre, RS: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 289.

<sup>259</sup> *Remir*: comprar a liberdade de um prisioneiro, libertar pelo pagamento do resgate. O título honorífico Senhor é interpretado satisfatoriamente pelo verbo *remir*. BAYER, Oswald. **A teologia de Martinho Lutero: uma atualização**. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 168.

<sup>260</sup> Lutero, Martinho. *Catecismo Menor* (1529). In: **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. v. 7, p. 457.

[...] não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, **por causa de Cristo** [grifo nosso], mediante a fé, quando cremos que Cristo padeceu por nós e que por sua causa os pecados nos são perdoados e nos são dadas justiça e vida eterna.<sup>261</sup>

Segundo Melanchthon, “a graça não é graça, se for dada por obras”.<sup>262</sup> Não há lugar para a misericórdia de Deus e para a obra redentora de Cristo se houver consideração em nossas boas obras. Conforme o ensino paulino (Rm 3), todos os seres humanos, tanto os que estão sob o pecado como os que creem, são justificados unicamente pela graça de Deus, por causa de Cristo.<sup>263</sup>

#### 4.2.4 Não pelos nossos méritos

Mesmo antes do ser humano poder “fazer” algo bom já era pecador<sup>264</sup>, pois “depois da queda de Adão todos os homens naturalmente nascidos são concebidos e nascidos em pecado [...]”.<sup>265</sup> Repletos de desejos e inclinações, numa propensão inata, a humanidade é levada ao pecado: “no ser humano há uma força inata para pecar”<sup>266</sup>. Pecado que, segundo Melanchthon, a Escritura não distingue entre original ou atual, pois a Palavra de Deus denomina simplesmente “pecado”.<sup>267</sup>

A Confissão de Augsburgo nos coloca em nossa condição enquanto pessoas pecadoras indesculpáveis. Traz às claras a culpa humana diante do pecado, proclama a profundidade da perdição humana, como escreve Froer ao comentar sobre o segundo artigo da CA: “A inimizade contra Deus está em nossa própria vontade [...] Ela nos leva ao juízo de Deus, ao domínio de Satanás e à morte”.<sup>268</sup>

Diante da incapacidade humana de méritos que compensem a culpa pelo pecado, Lutero afirma que Jesus Cristo é o único Cordeiro de Deus, “que morreu por causa das nossas transgressões, e ressuscitou por causa da nossa justificação”. Isso é mérito de Cristo e “precisa

<sup>261</sup> Artigo 3: *Da Justificação*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 12.

<sup>262</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 117.

<sup>263</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 117-118.

<sup>264</sup> BECK, 1980, p. 27.

<sup>265</sup> Artigo 2: *Do Pecado original*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 11.

<sup>266</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 83.

<sup>267</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 82-83

<sup>268</sup> FROER, 1965, p. 13.

ser crido, não podendo ser alcançado ou apreendido por nenhuma obra, lei ou mérito” de nossa parte. Agarramo-nos a isso, pois “a gente não pode se afastar ou fazer concessão, ainda que se desmoronem céu e terra ou qualquer outra coisa. [...] não existe outro nome, dado entre os homens, pelo qual possamos ser salvos”.<sup>269</sup>

A compreensão da graça de Deus correlaciona-se à consciência do pecado, como escreveu Melanchthon na Apologia da CA: “Não podemos entender a magnitude da graça de Cristo senão depois de conhecidas nossas enfermidades”<sup>270</sup>. Esta percepção não é desesperadora para a pessoa pecadora que ouve o Evangelho, pois este a leva ao arrependimento, recebe o consolo do perdão por meio da graça de Cristo. Uma compreensão que é dada e acolhida pela fé, obra do Espírito Santo.<sup>271</sup>

#### 4.2.5 A Pregação de Cristo

Lutero, ao encontrar a misericórdia de Deus diante de suas mais profundas angústias, descobre que “pecado não são essa ou aquelas coisas que eu faço ou o que eu deixo de fazer, mas que pecado é minha situação diante de Deus; ele descobre sua situação de imperfeição”.<sup>272</sup> Porém, diante do Deus justo, o ser humano é tornado justo, numa “troca maravilhosa” em que Deus toma para si o pecado na cruz, assumindo a “situação de imperfeição” humana, em troca dá justificação. Sem poder se justificar diante de Deus, a humanidade pecadora é justificada. Lutero chama essa troca maravilhosa de Evangelho, boa nova.<sup>273</sup>

Neste caso, o anúncio do Evangelho é considerado indispensável. Conforme Wenz, Evangelho é, na compreensão luterana, “promessa da vontade graciosa incondicional de Deus,

---

<sup>269</sup> LUTERO, Martinho. Os Artigos de Esmalcalde (1537). In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 312-301.

<sup>270</sup> Artigo 2: *Do pecado Original*. APOLOGIA DA CONFISSÃO. In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 105-106.

<sup>271</sup> RIETH, 1997, p. 230.

<sup>272</sup> DREHER, Martin. Temer e amar a Deus e confiar Nele acima de todas as coisas. In: DREHER, Martin (org.). **Reflexões em Torno de Lutero**. São Leopoldo, RS, 1984. vol.3, p. 148.

<sup>273</sup> DREHER, 1984, p. 148.

indicativo autoritativo do perdão dos pecados”.<sup>274</sup> A pregação deste Evangelho é o anúncio ao ser humano “caído” onde depositar sua confiança: em Cristo somente.<sup>275</sup>

O movimento reformatório reorientou a vida eclesial e a piedade por meio da pregação. A Palavra de Deus precisava ser anunciada<sup>276</sup>, ser explicada para que cada ouvinte pudesse também ter um encontro com o Cristo anunciado nas Escrituras. A pregação precisa suscitar a fé ao tornar o anúncio em “*viva vox*” (voz viva). “A Pregação não só ensina a Palavra de Deus, ela a traz verdadeiramente. A boca do pregador torna-se, a de Cristo”.<sup>277</sup>

Os méritos de Cristo são anunciados na pregação, porque ela se orienta na Escritura e seu conteúdo central é Jesus Cristo e sua vitória sobre o pecado<sup>278</sup>, a morte e o diabo. “Na medida em que se anuncia Cristo, em que se anuncia a lei e o Evangelho [...] o próprio Cristo está presente”<sup>279</sup>. A intenção da pregação é chamar à fé, porque esta nasce do ouvir da Palavra. Em Lutero, a pregação é compreendida “como fundamento da igreja”.<sup>280</sup>

A importância da pregação para a fé evangélica é abordada no Artigo 5, da Confissão de Augsburgo:

Para conseguirmos essa fé, instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando lhe apraz, naqueles que ouvem o evangelho, o qual ensina que temos, **pelos méritos de Cristo, não pelos nossos** [grifo nosso], um Deus gracioso, se o cremos. [...] <sup>281</sup>

Percebemos aqui que a CA adere à teologia de Lutero ao abordar a pregação como um serviço instituído da Palavra, que nos permite acolhermos a fé na justificação. Essa fé que vem pelo ouvir decorre da promessa de Cristo e do Reino de Deus, que se revela a nós e nos leva de volta ao lar, ao paraíso, nos tornando novas criaturas.

<sup>274</sup> WENZ, 2004, p. 23.

<sup>275</sup> WENZ, 2004, p. 26.

<sup>276</sup> É constantemente dada ênfase a Palavra de Deus na Confissão, pois o anúncio da Palavra é a anúncio de Cristo, como explica Melanchthon: “a palavra entregue por homens é eficaz, e [...] não se deve procurar outra palavra do céu. [...] Pois Cristo exige que ensinem de feição que ele mesmo seja ouvido”. Artigo 28. *Do poder eclesiástico*. APOLOGIA DA CONFISSÃO. In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 303.

<sup>277</sup> LIENHARD, Marc. **Martim Lutero**: tempo, vida, mensagem. São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 173-174.

<sup>278</sup> A relação entre o pecado e a ação de Cristo em favor da humanidade é constantemente abordada na CA. Artigos: 3. *Do filho de Deus*; 4. *Da Justificação*; 6. *Da Nova obediência*; 20. *Da fé e das boas obras*; 24. *Da missa*; 25. *Da confissão*; e no Artigo 28. *Do poder dos bispos*.

<sup>279</sup> LIENHARD, 1998, p. 174.

<sup>280</sup> LIENHARD, 1998, p. 175.

<sup>281</sup> Artigo 5: *Do ofício da pregação*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 12.

Bayer menciona que o Artigo 5 da CA, “Do ofício da pregação”, é critério para compreender outros Artigos:

O Artigo 5 é o mais importante da Confissão de Augsburgo. Ele é que dá o norte, o critério para a compreensão tanto da justificação (Artigo 4) como da nova obediência, das boas obras (Artigo 6). É o fiel da balança. A ‘instituição’ da Palavra é a instituição por excelência, a mais fundamental. Dela depende o mundo inteiro, não somente a igreja ou certa denominação. Ela é a instituição e o evento pelo qual vem a fé que nos permite perceber, passando pelo juízo, o mundo como criação. Ela é a instituição e o evento pelo qual vem a fé naquele que ‘vivifica os mortos e chama à existência as cousas que não existem’ (Romanos 4.17).<sup>282</sup>

O Artigo 5 elucidada como a fé é obtida e direciona para os meios da graça. Nos dado em “evangelho e sacramentos”<sup>283</sup> são “instrumentos objetivos na igreja visível. De acordo com a Escritura, eles são os únicos meios pelos quais a graça pode nos alcançar”.<sup>284</sup> Cristo vem a nós e nós somos levados a Ele<sup>285</sup>, numa interrelação comunicativa da Palavra “viva voz” de Deus para nós.

#### 4.2.6 “Pela fé em Cristo recebemos”

A justificação pela fé é central para a Reforma. Resultado de uma experiência extremamente pessoal de Lutero com Deus; nasce do seu encontro com o Deus misericordioso. “Todos os seus esforços no sentido de obter e fazer por merecer a graça, mediante as práticas recomendadas da oração, da ascese, do autoexame, da penitência, dos serviços mais humildes etc., redundavam em fracasso”.<sup>286</sup>

A Escritura abriu o horizonte da compreensão do amor de Deus para Lutero e a própria Escritura ganhou um novo sentido para ele. Diante disso, o reformador reconheceu

<sup>282</sup> BAYER, Oswald. *Viver pela fé: justificação e santificação*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1997. p. 42.

<sup>283</sup> Os sacramentos são abordados como “oferta da graça” também nos Artigos 9 e 10 da Confissão de Augsburgo. Sacramentos “são os sinais instituídos no evangelho, relativos à graça nele prometida” com o objetivo de estimular a fé. RIETH, 2021, p. 232.

<sup>284</sup> SEIBERT, Erní Walter. *Introdução às confissões luteranas: sua atualidade e relevância*. Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000. p. 47.

<sup>285</sup> Lutero, Martinho. Breve Instrução sobre o que se deve procurar nos Evangelhos e o que esperar deles (1522). In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8, p. 175.

<sup>286</sup> ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo, SP: Ática, 1994. p. 283.

que a doutrina da justificação era fundamental para a igreja, pois a sua pregação deve transmitir “gratuitamente o perdão de Deus”. A excelência da igreja está “no ouvir da Palavra de Deus, palavra simultaneamente profética e anunciadora do amor de Deus”.<sup>287</sup>

A pessoa que crê está liberta da imposição das “boas ações”, entretentes a fé não é algo desvinculada da vida e da realidade humana. Na Confissão de Augsburgo, os luteranos declaram que a justificação é somente pela fé, mas também afirmam que a fé é dinâmica e apresenta boas obras como frutos, como lemos no Artigo 6, *Da nova obediência*:

[...] Pois é **pela fé em Cristo que recebemos** [grifo nosso] perdão dos pecados e justiça, como diz o próprio Cristo: ‘Depois de haverdes feito tudo isso, deveis dizer: Somos servos inúteis.’ [Lc 17.10]. Assim também ensinam os Pais. Pois Ambrósio diz: ‘Assim está estabelecido por Deus que aquele que crê em Cristo é salvo, e tem a remissão dos pecados não por obras, mas pela fé somente, sem mérito’.<sup>288</sup>

Antes de ofertarmos qualquer coisa, antes de sermos impulsionados a agirmos, nós recebemos. Pela fé em Cristo recebemos de Cristo perdão dos pecados e salvação, sem mérito nosso. A justificação vem apenas pela fé, afirmam os luteranos. Por este motivo foram acusados inclusive de serem contrários à prática de boas obras. “Para rebater essa acusação, Melanchthon [...] aborda as boas obras e seu relacionamento com a fé.”<sup>289</sup>

Lutero escreveu sete anos mais tarde: “Pela fé alcançamos outro coração, novo e puro, e que Deus, por causa de Cristo [...] nos reputa por inteiramente justos e santos”. Diante desta fé e perdão resultam boas obras, porém para a glória de Cristo e não humanas. Ao que completa: “onde não se seguem boas obras, aí a fé é falsa e não verdadeira”.<sup>290</sup>

O Artigo 6 da Confissão tem estreita relação ao Artigo 20, pois Melanchthon volta ao tema da fé e das boas obras. A fé professada em Cristo faz boas ações exclusivamente “por causa de Deus”.

<sup>287</sup> ALTMANN, 1994, p. 284-285.

<sup>288</sup> Artigo 6: *Da nova obediência*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 13.

<sup>289</sup> SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às confissões luteranas**: sua atualidade e relevância. Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000. p. 48.

<sup>290</sup> LUTERO, Martinho. Os Artigos de Esmalcalde (1537). In: LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p. 339.

Ensina-se, ademais, que boas obras devem e têm de ser feitas, não para que nelas se confie a fim de merecer graça, mas por amor de Deus e em seu louvor. Sempre é a fé somente que apreende a graça e o perdão dos pecados [...] sem a fé e sem Cristo a natureza e capacidade humanas são por demais frágeis para praticar boas obras, invocar a Deus.<sup>291</sup>

A Confissão argumenta que a justificação da pessoa pecadora pela fé, sem méritos ou obras, é bíblica e foi ensinada na igreja dos primeiros séculos.<sup>292</sup> O Artigo 20 menciona Agostinho (354-403) que escreveu que “alcançamos a graça e nos tornamos justos diante de Deus por intermédio da fé em Cristo e não por obras”.<sup>293</sup>

Sem a fé as boas obras são insignificantes, e pela fé as boas obras são necessárias. Não para se confiar a elas, supondo por meio delas obter-se algum mérito diante de Deus ou benefício a ser creditado na vida futura. As boas obras são antes impulsos do íntimo humano, que anteriormente se apercebe agraciado pelo amor imerecido de Deus.<sup>294</sup> As obras “são resposta à graça de Deus que deixou Jesus sofrer as consequências da nossa desobediência”.<sup>295</sup> Elas são, portanto, frutos de uma nova obediência.

### 4.3 A CONFISSÃO ENQUANTO RESPOSTA

Quando a Confissão de Augsburg foi lida e entregue ao imperador Carlos V, em junho de 1530, ela representava uma declaração pública da fé no Senhor Jesus, mas não dizia respeito a um documento “que partira do povo das comunidades”. Era um documento do âmbito dos debates e formulações teológicas que foi entregue por nobres ao imperador.<sup>296</sup>

Segundo Fischer, o documento da confissão luterana foi elaborado por pensadores, principalmente Melanchthon, para então ser entregue ao imperador por representantes políticos de alguns territórios do Sacro Império Romano-Germânico. Estes representantes assumiram o documento como expressão de sua própria fé, dos pregadores dos seus territórios

<sup>291</sup> Artigo 20: *Da fé das boas obras*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 22.

<sup>292</sup> SEIBERT, 2000, p. 48.

<sup>293</sup> Artigo 20: *Da fé das boas obras*. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2005. p. 20.

<sup>294</sup> BECK, 1980, p. 136.

<sup>295</sup> ALTMANN, Walter. **Confessando nossa fé: Estudos da Confissão de Augsburg para uso das comunidades**. São Leopoldo: Sinodal, 1980. p. 38.

<sup>296</sup> DREHER, Martin N. A Confissão de Augsburg: a fé, a vida e a missão da IECLB. **Estudos Teológicos**, vol./No. 20/1, p. 46-47, 1980. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1345/1295](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1345/1295). Acesso em 15 abr. 2020.

e conseqüentemente de seus súditos. Era, portanto, um resumo do conteúdo ensinado e pregado pelos luteranos.<sup>297</sup>

Ainda hoje, o texto da Confissão de Augsburgo pode ser lido “como expressão da nossa fé, não apenas como documento histórico”.<sup>298</sup> Entrementes, seu conteúdo é efetivo e pode representar algo, em caráter argumentativo, para nós quase 500 anos após a sua formulação.

#### 4.3.1 Caráter “festivo” da Confissão

Um poema de Isaque de Odessa, recordado por Wenz, fala sobre um papagaio que ficou famoso por contar na praça do Mercado de Antioquia. O animal chamava a atenção por cantar o triságio<sup>299</sup>, que certamente ouvira anteriormente pelos coros religiosos que passavam por ali na Sexta-Feira Santa. O papagaio papagaiava uma confissão, mas isso não fazia dele um confessor, nem mesmo que sua repetição fosse “impecável” quanto ao seu conteúdo.<sup>300</sup>

A mera recitação da Confissão de Augsburgo não expressa confissão de alguém que tem algo a dizer para o seu tempo. Por isso não deveríamos lê-la ou recitá-la em caráter normativo, e dar a ela infabilidade. “Papagaiar” formulações aprendidas da confissão do século XVI é armar-se do seu texto apenas para medir a ortodoxia da outra pessoa.<sup>301</sup>

Se recorrermos à Confissão em momentos de defesa contra algum estranhamento teológico faremos dela um deslocamento histórico, que distancia da intenção de prontidão que “os confessores tinham de sempre de novo reformular sua confissão de fé”.<sup>302</sup> Ou ainda, se recorrermos à Confissão como mera afirmação de vínculo histórico nós faremos dela apenas um bonito marco, uma recordação festiva a ser apreciada em datas importantes da história da reforma luterana.

<sup>297</sup> FISCHER, 1979, p. 8.

<sup>298</sup> FISCHER, 1979, p. 7.

<sup>299</sup> Hino breve que é entoado pelo coro na veneração à cruz, na Sexta-Feira Santa.

<sup>300</sup> WENZ, 2004, p. 59-60.

<sup>301</sup> “A Confissão de Augsburgo é *norma normata* e as Escrituras Sagradas *norma normans*”. A CA sempre será norma em plano secundário. NORDSTOKKE, Kjell. A Confissão de Augsburgo no contexto histórico, teológico e missionário. **Estudos Teológicos**, vol./No. 23/3, p. 280. 1983. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1304/1256](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1304/1256). Acesso em: 15 abr. 2020.

<sup>302</sup> NORDSTOKKE, 1983, p. 280.



### 4.3.2 Caráter “Argumentativo” da Confissão

A Confissão de Augsburgo é acessada por um distanciamento histórico que possibilita rever o “ato”<sup>303</sup> e o “conteúdo”<sup>304</sup> da confissão luterana sob a perspectiva de alguém de fora. Que está simultaneamente distante do “ato”, mas busca estar próximo ao seu “conteúdo”.

A relação com o conteúdo da Confissão é, segundo Wenz, uma possibilidade vinculativa argumentativa:

O caráter vinculativo de seu conteúdo nunca pode ser mantido e garantido de modo autoritativo-administrativo, mas sempre só de maneira argumentativa. Ocorre que a possibilidade de endossar ou aceitar a verdade da confissão depende de que suas proposições não reiviniquem validade nos moldes da prescrição indiscutível de uma lei doutrinal. Por essa razão, como toda e qualquer reivindicação à verdade, também a da confissão tem a obrigação de argumentar, se quiser corresponder àquilo que reivindica.<sup>305</sup>

A recordação da Confissão de Augsburgo não deveria remeter a ato festivo, mas ao conteúdo argumentativo e provocativo. A fé professada na Confissão não pode significar um enunciado doutrinal a que se recorra sem um afastamento interpretativo entre o confessor atual com e a linguagem expressa nas palavras anteriormente formuladas e recitadas em Augsburgo.<sup>306</sup>

A fé professada em Augsburgo é mediada pelo *verbum externum*, Palavra que vem da revelação de Deus em Cristo. Uma Palavra que dá testemunho do Cristo crucificado, e que pelo poder do Espírito Santo “se faz lembrar vividamente para exercer a função de sujeito de sua memória, o qual tem poder tanto em relação ao passado quanto ao futuro”.<sup>307</sup>

A Confissão de Augsburgo é confissão da fé em Cristo que, mediada pela Escritura, é ao mesmo tempo promessa e meio da fé. Não por repetições literárias, mas por suas motivações de não silenciar corações despertados pela viva voz do Evangelho.

<sup>303</sup> “*Akt*”, ato, ação, atividade, atuação.

<sup>304</sup> “*Inhalt*”, conteúdo, assunto, teor, tema.

<sup>305</sup> WENZ, 2004, p. 62.

<sup>306</sup> WENZ, 2004, p. 63.

<sup>307</sup> WENZ, 2004, p. 63.

### 4.3.3 Uma resposta inquietante

A confissão da fé é uma resposta que inquieta. A apresentação da Confissão de Augsburgo na Dieta Imperial não foi aclamada pelos presentes, mas Confutada e firmemente debatida. A inquietação decorre da radicalidade que a Reforma protestante representava, da descoberta de que, diante da mais profunda angústia e desespero humano, há Evangelho de Cristo. Diante do medo da morte e da condenação eterna, há misericórdia de Deus, que traz paz ao coração angustiado.<sup>308</sup>

Lutero assumiu esta radicalidade da confissão da fé.<sup>309</sup> Ele não foi o único a buscar pela misericórdia de Deus, todas as pessoas de seu tempo buscavam meios de “comprar” a salvação. Entretanto, ao contrariar a venda de indulgências, confrontou a estrutura eclesiástica e ao imperador.

Jesus Cristo é “meu Senhor” que “me remiu a mim”, confessa Lutero no Catecismo Menor.<sup>310</sup> Altmann observa que nesta ocasião Lutero está afirmando a pessoa de que é confessante: o Senhor que realiza sua obra para que “eu lhe pertença”.<sup>311</sup>

Pertencer a Cristo é professá-lo. A Confissão de Augsburgo, enquanto confissão de fé em Cristo quis ser “interpretação do discipulado de Jesus Cristo” de uma confissão primordial de toda pessoa que crê: “Jesus é o Senhor” ou como afirmou Lutero “Jesus é meu Senhor”. A CA é uma confissão que não foi escrita para “ouvidos luteranos, mas para os ouvidos de Carlos V [...] Ela é o braço estendido da Reforma que aponta para Cristo”.<sup>312</sup>

<sup>308</sup> MELANCHTHON, 2018, p. 273.

<sup>309</sup> “Deus é Deus” diante de todos. Dreher faz uma interessante análise de como Lutero assumiu a radicalidade de sua fé diante da estrutura eclesial, do império, dos seus amigos e colaboradores, dos pensadores e dos banqueiros. In: DREHER, Martin. *Temer e amar a Deus e confiar Nele acima de todas as coisas*. In: DREHER, Martin (org). **Reflexões em Torno de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 147-155.

<sup>310</sup> Lutero, Martinho. *Catecismo Menor (1529)*. In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. v. 7, p. 457.

<sup>311</sup> ALTMANN, 1980. p. 67.

<sup>312</sup> DREHER, 1980, 53.

#### 4.4 SÍNTESE: ESCRITURA E CRISTO

A Confissão de Augsburgo tem como tema central a justificação por graça mediante a fé. Este é legado teológico da Reforma protestante que assume a Escritura Sagrada como fonte e critério, que reconhece sua autoridade acima de concílios, papa e igreja. Num contexto de angústia coletiva os luteranos recorrerão primordialmente a Escritura, pois tem suas “consciências cativas à Palavra de Deus”.

O encontro entre a pessoa atribulada com a Escritura é, a exemplo de Lutero, a percepção da abertura dos portões celestes. Pois, ante as frágeis tentativas humanas de salvação mediante boas obras<sup>313</sup>, as pessoas não terão onde descansar. Deste modo, *Traditiones* enquanto meros costumes eclesiásticos sem fundamentação bíblica são alternativas desesperadas de conquistar tranquilidade para a alma em tempos de angústia.

A CA representa uma ação-resposta que dá testemunho de Cristo somente. O documento faz em torno de 89 referências a Jesus Cristo. A trindade, a pessoa de Cristo e sua obra são mencionadas na constante rememoração da ação justificadora de Deus. O “verdadeiro homem e Deus” resgatou por sua obra e mérito a pessoa perdida e condenada pelo pecado. Esta não poderá mudar sua condição diante de Deus, pois o lugar das suas boas obras humanas é secundário e dispensável para a salvação.

Em Augsburgo os luteranos confirmam sua fé em Cristo, mas não o fazem com inovadoras formulações de fé, pois a CA se liga aos símbolos da igreja antiga, aos seus credos, ou seja, não há uma nova compreensão de Cristo, mas a reafirmação de sua obra em favor da humanidade, já professada na Escritura. Diante de Carlos V e da Assembleia imperial de Augsburgo os luteranos afirmam por meio da sua Confissão que: não há imperador ou papa que estejam acima da Escritura e do Evangelho por ela testemunhado.

A Confissão da fé em Jesus Cristo proferida em Augsburgo, enquanto conteúdo-resposta é uma resposta inquietante, pois assume diante das estruturas humanas de autojustificação e diante de autoridades políticas e religiosas, a Palavra de Deus como baliza.

---

<sup>313</sup> Lutero questiona esta prática de “piedade” denominada costumes e abusos humanos. Para o reformador, por meio destas práticas “*o ser humano se levanta contra Deus ao tomar em suas mãos a tarefa de efetuar a própria salvação ao invés de esperá-la das mãos do Senhor*”. In: ASSOLARI, Ricardo. **A reinvenção da tradição em Lutero**: contribuições a partir do pensamento de Lutero para a articulação da identidade luterana na alta modernidade. São Leopoldo, RS, 2017. p. 95. Dissertação (Mestrado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/782/1/assolarai\\_tm328.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/782/1/assolarai_tm328.pdf). Acesso em 12 jan. 2022.

Esta Palavra é, para as pessoas cristãs luteranas, anúncio indispensável, pois se torna “voz viva” do Evangelho de Cristo para o ser humano angustiado pelo medo da morte e condenação eterna, sobre onde depositar sua confiança: em Cristo somente.

## 5 CONCLUSÃO

A pessoa cristã não tem como silenciar diante da descoberta do amor de Deus revelado em Jesus Cristo. A sua fé não é uma expressão da individualidade, que fica retida para si, mas é professada publicamente, como resposta ousada dada a contextos de medo, desespero e angústia, bem como de autossuficiência, autojustificação, isolamento humano.

Toda pessoa cristã é motivada a dar resposta de sua fé em Jesus Cristo. E toda resposta de fé tem duas perspectivas básicas: 1. É uma “ação” (*Akt*) que se dá num determinado contexto político-social; 2. É um “conteúdo” teológico (*Inhalt*) sobre em quem se crê. A resposta sobre a esperança de nossa fé (1 Pedro 3.15) é um compromisso de seguimento ao Senhor para todos os tempos.

A Reforma protestante é um acontecimento de fé: do encontro da pessoa pecadora com a justificação de Deus em Cristo Jesus. Tal encontro não é isolado e significativo apenas para uma pessoa em especial, mas para todo o povo atormentado pelo medo da morte e condenação divina. Enquanto resposta para “uma angústia coletiva” a descoberta da Reforma protestante é “refrigério para alma” (Salmo 23.3).

A peste negra era “vale de sombra e morte” (Salmo 23.4) que atormentava a Idade Média. A dúvida sobre o aparente castigo de Deus e a possibilidade humana de aplacar a ira divina, envolviam as pessoas. Neste contexto, sedento de respostas, a mensagem do Evangelho ecoa por meio de Lutero e se alastra pela Europa.

Num contexto de pandemia pelo coronavírus, como o que vivemos atualmente, não seríamos nós também motivados a darmos resposta da nossa fé diante de um mundo atormentado pela iminência da morte? As realidades históricas parecem assemelhar-se diante das rápidas transformações que o mundo tem vivido, principalmente com a atual “peste” que alerta pesquisadores de todo o mundo.

Também perante as angústias da atualidade há uma busca por respostas e por conforto. Mais de 600 mil pessoas faleceram por COVID-19 apenas no Brasil até o final de 2021. E num ambiente de polarização política, onde o cuidado pela vida humana é menosprezado em detrimento a necessidade de manutenção do mercado financeiro, há insegurança, medo e questionamentos. Será que Deus estaria castigando o mundo? Será que o

mundo estaria caminhando para o seu final? Será que serei acometido por esta doença e morrerei sem atendimento hospitalar?

Ante as polarizações da atualidade vale lembrar que a Confissão de Augsburgo representou no seu tempo, a possibilidade do movimento da Reforma em reafirmar a unidade evangélica, numa resposta pública de fé em Jesus Cristo e na justificação. A divisão religiosa poderia ser perigosa para o império, porque em alguma investida militar o consenso da tropa seria estratégico. Por disso, Carlos V estava cumprindo com seu papel, ao convocar a Dieta Imperial de Augsburgo, de zelo pela tradição religiosa e pelo combate às heresias.

A Confissão de Augsburgo foi acionada historicamente em momentos de debates políticos-religiosos. Os luteranos foram tolerados a partir da Paz de Augsburgo de 1555, de acordo com o princípio político “*cuius regio, eius religio*”, em que cada território deveria ser adepto da fé do seu príncipe regente. No entanto, este trabalho optou em fazer uma análise da CA como documento de fé numa perspectiva de unidade evangélica em torno da profissão da fé em Cristo.

O cauteloso Melanchthon, que sistematiza a Confissão de Augsburgo, redige uma confissão que não é só sua, porque a fé que “vem pelo ouvir da Palavra” (Rm 10.17) é dada por Deus a outros irmãos e irmãs. Sua formulação é teológica e comunitária na medida em que representa a resposta coletiva de pessoas que se afirmam “igreja una” e professam a fé no mesmo Cristo.

A Escritura Sagrada é fonte e critério para a Reforma protestante e isso é perceptível também na redação da CA. Seu texto é bíblicamente fundamentado e afirma a centralidade da obra de Cristo. A justificação por graça mediante a fé transpassa a confissão luterana que declara que somente pelos méritos de Cristo, verdadeiro homem e verdadeiro Deus, recebemos perdão e nos tornamos justos diante de Deus. Não por nossas boas obras, mas “por causa de Cristo” e por seu intermédio. Consciências apavoradas não alcançam descanso mediante boas obras, mas somente pela fé chega ao seguro e pessoal descanso, “de que por amor a Cristo, possuí um Deus Gracioso” (artigo 20).

A Confissão assumiu papel importante como orientação e como limite para debates teológicos posteriores a sua formulação. Entretanto, não foi redigida com este propósito em específico, pois enquanto “confissão” é um documento aberto passível de verificações e alterações, mas sempre à luz da Escritura Sagrada.

A Confissão de Augsburgo foi escrita e proclamada como um testemunho da fé evangélica, que não encontra consolo ou esperança nas iniciativas humanas por melhoramento, progresso ou salvação, mas unicamente na obra amorosa de Deus por intermédio de Jesus Cristo. Em muitos momentos, se buscou na história humana religiosa pela sensação de bem estar com Deus: Numa vida normatizada pela igreja; nos mosteiros, longe do mundo e das “tentações” que poderiam afastar o ser humano do amor de Deus.

O testemunho evangélico tem na Confissão de Augsburgo um confronto com estruturas humanas pessoais de religiosidade que se firmam na tradição e nas boas ações humanas. Os teólogos por trás da Confissão sabem-se alcançados pela graça de Deus e assumem o papel de “instrutores de consciências” que testemunham da esperança em Cristo. Consciências cativas à Palavra de Deus pregam a Palavra, para que ela se torne acessível e clara para letrados e iletrados, agricultores e mestres, grandes e pequenos. Nesta Palavra, encontraram o testemunho de Jesus, somente.

A Confissão de Augsburgo ainda é um documento confessional luterano relevante, mesmo quase 500 anos após a sua formulação, pois é um braço estendido da Reforma protestante que aponta para Cristo ainda hoje. Na atualidade também podemos acessar seu texto com disposição argumentativa a luz das Escrituras, não como lei doutrinal que reivindique uma ortodoxia luterana, mas como testemunho ousado de fé que inspira novos testemunhos diante de novos momentos históricos.





## REFERÊNCIAS

A **BÍBLIA Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003.

A **importância da Confissão de Augsburgo hoje**. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-importancia-da-confissao-de-augsburgo-hoje>. Acesso em 01 abr. 2020.

ADEN, Menno. **Die Reformation und das Augsburger Bekenntnis von 1530 für heute kommentiert**. Nordhausen: Verlag Traugott Bautz, 2015.

ALTMANN, Walter. **Confessando nossa fé**: Estudos da Confissão de Augsburgo para uso das comunidades. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

ALTMANN, Walter. **Lutero e libertação**: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo, SP: Ática, 1994.

ALLMEN, Jean-Jacques von. **Vocabulário Bíblico**. São Paulo, SP: Aste, 1963.

ASSOLARI, Ricardo. **A reinvenção da tradição em Lutero**: contribuições a partir do pensamento de Lutero para a articulação da identidade luterana na alta modernidade. São Leopoldo, RS, 2017. 167 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/782/1/assolarai\\_tm328.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/782/1/assolarai_tm328.pdf).

BAYER, Oswald. **A teologia de Martim Lutero**: uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

BAYER, Oswald. **Viver pela fé: justificação e santificação**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1997.

BECK, Nestor Luiz João. **Confissão da esperança**: exposição histórica e doutrinária da Confissão de Augsburgo. Porto Alegre, RS: Concórdia, 1980.

BONING, Claudio. **“O mundo está cheio de Deus!”**: a mística na teologia de Martinho Lutero. São Leopoldo, RS, 2013. 89 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST, PPG, São Leopoldo, 2013 Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/406/1/boning\\_c\\_tm266.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/406/1/boning_c_tm266.pdf).

BRAATEN, Carlos E.; JENSON, Robert W. **Dogmática Cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 2.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 30, n. 62, p. 262-294. Março/1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 22. Set. 2020.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

DIETZ, Martin T. Sola Scriptura entre tradição e modernidade. **Teocomunicação**, Porto Alegre, Vol./No. 49/1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/32087>. Acesso em 15 set. 2021.

DREHER, Martin N. **A igreja no mundo medieval**. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2007. (Coleção História da Igreja; 2).

DREHER, Martin (org). **Reflexões em Torno de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006. (Coleção História da Igreja; 3).

DREHER, Martin N. **De Luder a Lutero: uma biografia**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2014.

DREHER, Martin N. A Confissão de Augsburgo: a fé, a vida e a missão da IECLB. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 20/1, p. 41-56, 1980. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1345/1295](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1345/1295). Acesso em 15 abr. 2020.

**LIVRO DE CONCÓRDIA**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. 6. ed., revisada e atualizada. Porto Alegre, RS: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal; Canoas, RS: Ulbra, 2006.

ENGELHARDT, Klaus. Filipe Melanchthon e sua importância para as igrejas da reforma. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, Vol./No. 37/3, p. 236-242, 1997. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/799/730](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/799/730). Acesso em 15 abr. 2020.

FISCHER, Joachim. A Confissão de Augsburg - Hoje. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 19/1, p. 5-26, 1979. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1358/1308](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1358/1308). Acesso em 26 set. 2019.

FISCHER, Joachim. Todos lutamos sob o mesmo Cristo: a Confissão de Augsburg como nossa carteira de identidade. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 21/1, p. 59-67, 1981. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1329/1280](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1329/1280). Acesso em 29 mar. 2020.

FROER, Kurt. **A Confissão de Augsburg**: comentada para a doutrina nos estabelecimentos de ensino secundário. São Leopoldo: Sinodal, 1965.

GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões luteranas**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, Escola Superior de Teologia, 2002.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Rio de Janeiro, RJ: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LIENHARD, Marc. **Martim Lutero**: tempo, vida, mensagem. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LUTERO, Martinho. O debate de Heidelberg (1518). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 1. p. 37-54.

LUTERO, Martinho. Das Boas Obras (1520). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 2, p. 100-170.

LUTERO, Martinho. Da Ceia de Cristo – Confissão (1528). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, p. 217-375

LUTERO, Martinho. Comentário da Epístola aos Gálatas (1535). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008. v. 10. p. 22-36.

LUTERO, Martinho. Breve Instrução sobre o que se deve procurar nos Evangelhos e o que esperar deles (1522). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8, p. 165-175.

LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo**: Obras seleccionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre, RS: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, 1984.

LUTERO, Martinho. Catecismo Menor (1529). In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. v. 7, p. 447-470.

LUTERO, Martinho. **Da liberdade cristã**. 3. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

MELANCHTHON, Philipp. **Loci Theologici**: tópicos teológicos, de 1521: edição crítica bilíngue, latim e português. São Leopoldo, RS: Sinodal, Faculdades EST, 2018.

MOHAUPT, Lutz. **Wir Glauben und Bekennen** - Zugänge zum Augsburger Bekenntnis. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980.

MORGNER, Christoph (Ed.). **Tinta, teses, temperamentos** - Seguindo os passos de Martinho Lutero. Curitiba: Esperança, 2017.

MEYER, Harding; SCHUETTE, Heinz. **Confessio Augustana Bekenntnis des einen Glaubens**: Gemeinsame Untersuchung Lutherischer und Katholischer Theologen. Paderborn: Verlag Bonifacius-Druckerei, 1980.

NORDSTOKKE, Kjell. A Confissão de Augsburg no contexto histórico, teológico e missionário. **Estudos Teológicos**, Vol./No. 23/3, p. 274-285. 1983. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1304/1256](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1304/1256). Acesso em: 15 abr. 2020.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Do Conflito à Comunhão**: Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília: CNBB; São Leopoldo: Sinodal, 2015.

RIETH, Ricardo Willy. O pensamento teológico de Filipe Melanchthon (1497-1560). **Estudos Teológicos**, Vol./No. 37/3, p. 223-235, 1997. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/798/729](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/798/729). Acesso em: 1. nov. 2021.

SAUSSURE, Antoine de. **Lutero**: o grande reformador que revolucionou seu tempo e mudou a história da Igreja. São Paulo: Vida, 2004.

SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às confissões luteranas**: sua atualidade e relevância. Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000.

SCHEIBLE, Heinz. **Melanchthon**: uma biografia. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST, 2013.

ULRICH, Claudete Beise; KLUG, João. Felipe Melanchthon (1497-1560): pedagogo da Reforma protestante, patrimônio da educação. **Revista Brasileira de História das Religiões**, cidade, ano 8, n. 24, p. 149-170, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30706>. . Acesso em 1 out. 2020.

**A CONFISSÃO DE AUGSBURGO**: Edição comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, Curitiba, PR: Encontro Publicações, 2005.

WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e o matrimônio: economia e justiça de Deus. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 59, n. 2, p. 516-529, 2019. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/3688/pdf](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3688/pdf). Acesso em 31 mar. 2021.

WALTHER, C. F. W. Confissões Luteranas: o que significam hoje?. **Vox Concordiana**, Vol./No. 13/2 , p. 5-17, 1998.

WENZ, Gunther. O Evangelho e a Bíblia no contexto da tradição confessional de Wittenberg. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 9-28.

WENZ, Gunther. Evangelho e escritos confessionais: a hermenêutica das confissões do luteranismo. In: **Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais**: Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004. p. 48-65.

WENZ, Gunther. **Theologie der Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche**: eine historische und systematische Einfuehrung in das Konkordienbuch. Band 1. Berlin: Walter de Gruyter, 1996.

WESTPHAL, Euler Renato. O significado da fórmula 'por causa de Cristo': uma abordagem sobre a experiência da justificação a partir da confissão de Augsburg-IV. **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, p. 50-63, 2003. Disponível em: [http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4301\\_2003/et2003-1wesphal.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4301_2003/et2003-1wesphal.pdf). Acesso em 2 fev. 2021.

WOLFF, Elias. A Reforma do Século XVI e suas implicações para a atualidade: da prática da excomunhão aos gestos de reconciliação. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v.57, n.1, 2017, p. 79-95. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/2969/pdf](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2969/pdf). Acesso em 15 abr. 2020.